

**PREÂMBULO DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
PE/SRP-014/2024-SESA**

(art. 18, Inciso V da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

ENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PROMOVENTE DA LICITAÇÃO:

Prefeitura Municipal de Cedro-PE.

ÓRGÃO ADMINISTRATIVO DEMANDANTE:

Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO:

Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos diversos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cedro-PE, conforme especificações constantes no termo de referência, convertido em anexo I do Edital.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores.

REGISTRO DE PREÇOS?

Sim.

INSTRUMENTO CONTRATUAL?

Ata de Registro de Preços.

LIC. EXCLUSIVA ME/EPP?

Não.

RESERVA COTA ME/EPP?

Não.

LOCAL ONDE OCORRERÁ A CONDUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (BLL), no endereço eletrônico: (www.bll.org.br), conforme convênio de cooperação técnica.

TIPO DA LICITAÇÃO:

Menor Preço (Por Grupo De Itens).

MODO DE DISPUTA:

Aberto (inciso I do art. 56 da Lei nº. 14.133/2021 c/c art. 23 da IN SEGES/ME nº. 73/2022).

FORMA DE FORNECIMENTO:

Parceladamente.

INÍCIO DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS:

03 de maio de 2024.

PRAZO FINAL PARA CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS:

16 de maio de 2024, até as 07h:00m.

DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA PARA DISPUTA DE PREÇOS:

16 de maio de 2024, a partir das 08h:00m.

REFERÊNCIA DE TEMPO:

Horário de Brasília-DF.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO-PE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua 7 de Setembro, nº. 68, Centro, Cedro, Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.361.219/0001-32, torna público para conhecimento de todos os interessados, que será realizada licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo "**MENOR PREÇO (POR GRUPO DE ITENS)**", que se acha aberto nesta Prefeitura, e reger-se-á pela Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, que institui e regulamenta no âmbito das Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, prevista no art. 6º, inciso XLI do diploma legal acima citado; pelo Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, no âmbito da Administração Pública Federal; pela Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal, regulamentos esses que serão aplicados pelo município de Cedro-PE, conforme autorização legal constante no art. 187, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021; pelas disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e demais normas legais em vigor pertinentes a matéria.

Neste edital e seus anexos serão encontradas palavras, siglas e abreviaturas que terão o mesmo significado sempre que mencionadas no Edital ou em qualquer dos documentos em anexo, sendo:

PMC – Prefeitura Municipal de Cedro-PE.

SESA – Secretaria Municipal de Saúde.

PREGOEIRO – Agente público que conduz a licitação na modalidade pregão.

PE – Pregão Eletrônico.

SRP – Sistema de Registro de Preços.

TCE/PE – Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco.

BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

PROPONENTE – Empresa que tem sua proposta classificada.

LICITANTE – Empresa que participa da licitação.

ADJUDICATÁRIA – Empresa arrematante do(s) grupo(s) de itens.

CONTRATADA – Adjudicatária que celebrou termo de contrato.

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

CND – Certidão Negativa de Débitos.

CRC – Certificado de Registro Cadastral.

CF/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

ME – Micro Empresa.

EPP – Empresa de Pequeno Porte.

ANEXO – Parte integrante e complementar deste Edital.

1 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1.1. As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 155, de 27/10/2016, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e, que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei complementar, deverá apresentar, obrigatoriamente, no momento do credenciamento do seu representante legal, uma declaração de enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte;

1.2. As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas e/ou

empresas de pequeno porte que não apresentarem a declaração prevista no subitem anterior poderão participar normalmente do certame, porém em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime;

1.3. Para efeito do disposto na Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 155, de 27/10/2016, as ME'S e EPP'S, por ocasião de participação no procedimento licitatório de que trata o presente instrumento convocatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta(s) apresente(m) alguma restrição;

1.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

1.5. Entende-se o termo "declarado vencedora" de que trata o subitem anterior o momento imediatamente posterior à fase de lances verbais de preços;

1.6. A não regularização da documentação no prazo previsto no item "1.4" implicará a decadência do direito à contratação, e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, conforme previsto no art. 90, § 5º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação das propostas, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

1.7. Será inabilitada a ME e/ou EPP que não apresentar a regularização, quando necessária, da documentação de Regularidade Fiscal no prazo definido no item "1.4";

1.8. Para obtenção dos benefícios acima citados fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, portanto, as empresas licitantes deverão apresentar declaração de observância desse limite na licitação, sob pena de pena de não usufruírem de tratamento favorecido e diferenciado, conforme estabelece o art. 4º, § 2º da Lei 14.133, de 01/04/2021.

2 - DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO ELETRÔNICO

2.1 - Toda a condução do processo administrativo de licitação referente ao presente pregão eletrônico se dará, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico da BLL, de modo que os atos praticados e os documentos constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação de preclusão, prescrição e prestação de contas, observados os prazos e formas constantes da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

2.2 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

2.2.1 - Credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado para condução do certame;

2.2.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema da BLL, a proposta com o preço e, na hipótese de inversão de fases, os documentos de habilitação, até a data e hora marcadas para abertura da sessão;

2.2.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.2.4 - Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.2.5 - Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.2.6 - Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.2.7 - Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.3 - Considerando que o pregão regulamentado por este Edital será realizado por meio eletrônico, fica determinado, sob pena de inabilitação e/ou desclassificação da proposta, que todas as declarações exigidas para fins de habilitação das empresas licitantes, bem como a via da proposta de preço inicial, deverão ser apresentadas devidamente assinadas por representante legal da empresa licitante, exclusivamente na forma de assinatura eletrônica (com certificação digital), como condição de validade e eficácia desses documentos, com fulcro no art. 17, § 4º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

3 - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 - O órgão responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços decorrente desse pregão será a Prefeitura Municipal de Cedro-PE, através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme competência estabelecida pelo inciso IX do art. 7º do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023;

3.2 - Será participante apenas o seguinte órgão:

3.2.1 - Secretaria Municipal de Saúde.

4 - DA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples, regularmente estabelecidas neste País, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Cedro-PE, e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor, deste edital, e que tenha sua atividade econômica compatível com o objeto da licitação, previamente credenciada perante a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (BLL), até 01 (um) dia antes da data de realização do pregão, mediante atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível do representante credenciado ou operador da corretora de mercadorias, quando for o caso, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado datas e horários estabelecidos neste edital;

4.1.1 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão do seu representante;

4.1.2 - Quaisquer dúvidas em relação ao acesso no sistema operacional poderão ser esclarecidas pelo número: Curitiba-PR (41) 3097-4600, e ainda através do chat pelo atendimento online no site: www.bll.org.br ou pelo e-mail: contato@bll.org.br. A relação completa das corretoras de mercadorias vinculadas a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (BLL) poderá ser obtido no site acima, acesso "corretoras";

4.1.3 - Para participar do pregão o interessado deverá previamente se credenciar junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (BLL), provedora do sistema, através de corretora de mercadorias associada ou diretamente, no site da Bolsa. No caso de corretor, o licitante deverá estar credenciado através da corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões

do Brasil – (BLL) por ele indicada, junto à respectiva CRO - Central Regional de Operações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (BLL);

4.1.4 – O cadastramento do licitante deverá ser requerido junto a Bolsa de Licitações e Leilões através de contato telefônico pelo número (41) 3042-9909 ou pelo site www.bll.org.br, link – “termo de adesão”, acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato, outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (BLL), poderes específicos de sua representação no pregão.

b) Declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação.

4.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

4.3 - Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio;

4.4 - Não poderão participar desta licitação pessoas jurídicas declaradas inidôneas e impedidas de contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas que não tenham providenciado o credenciamento prévio na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (BLL);

4.5 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

4.6 - Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

4.7 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (BLL);

4.8 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (BLL): www.bllcompras.org.br;

4.9 - No caso das empresas licitantes optarem por corretor, as interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item (4.1.4), “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bllcompras.org.br;

4.10 - A participação da(s) empresa(s) licitante(s) no pregão eletrônico se dará diretamente e/ou por meio de corretora contratada para representá-lo, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

4.11 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome da empresa licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

4.12 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL;

4.13 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

4.14 - A empresa licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento diretamente no site da Bolsa ou através de uma corretora de mercadorias associada. No caso de optar pelo credenciamento por corretora, a relação completa daquelas vinculadas a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL poderá ser obtida no site www.bll.compras.org.br- acesso “corretoras” até no mínimo 01 (uma) hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas;

4.15 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo da(s) empresa(s) licitante(s) que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade;

4.16 - A taxa de utilização de Sistema constitui receita exclusiva da Bolsa para ressarcimento dos custos de desenvolvimento, atualização e manutenção do Sistema, e não representa emolumentos ou tarifação pela prestação de serviços;

4.17 - As corretoras que participarem como representantes de licitantes perante o Sistema poderão negociar livremente a cobrança de outros valores a título de corretagem pelos serviços prestados.

Parágrafo Único: Deverá ser anexado, juntamente com a documentação de habilitação, sob pena de inabilitação da empresa que deixar de apresentar, declaração de que a empresa licitante anexou todos os documentos exigidos no edital e cumpre plenamente os requisitos para a habilitação.

5 - DO ENVIO DA PROPOSTA INICIAL

5.1 - Da Apresentação da proposta de Preço:

5.1.1 - Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema da BLL, concomitantemente com os documentos de habilitação, uma via da proposta de preço inicial de cada grupo de itens cotado, que reflitam os mesmos preços cadastrados na plataforma, e deverá ser elaborada de acordo com o modelo disponibilizado no Anexo IX deste Edital, e com as devidas especificações detalhadas de cada item do grupo de itens cotado, conforme descritos no termo de referência, convertido em no Anexo I deste instrumento, até o prazo final para cadastramento das propostas e documentos, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas;

5.1.2 - O valor deverá ser cotado em moeda corrente nacional, com representação numérica e por extenso;

5.1.3 - A via da proposta de que trata o item (5.1.1), deverá ser enviada em formato *.pdf ou *.pdf/A, e deverá ser anexada no campo "outros documentos" do sistema da BLL, sendo configurada como pré-requisito obrigatório para aceitação dos preços cadastrados na plataforma e consequente habilitação;

5.1.4 - O não envio da via da proposta de preço inicial de que trata o item (5.1.1) deste Edital e/ou envio em desacordo com o Edital, será motivo para imediata desclassificação da empresa proponente do certame;

5.1.5 - Será considerado como não recebido o envio de arquivo não assinado digitalmente nos termos deste instrumento;

5.2 - A proposta de que trata o item (5.1.1) deverá ser elaborada, contendo ainda, as seguintes informações:

5.2.1 - Razão Social da empresa proponente;

5.2.2 - CNPJ da empresa proponente;

5.2.3 - Número para contato;

5.2.4 - Endereço comercial da empresa proponente;

5.2.5 - Descrição de cada item do(s) grupo(s) de itens cotado(s);

5.2.6 - Unidade de medida de cada produto do(s) grupo(s) de itens cotado(s);

5.2.7 - Marca de cada produto do(s) grupo(s) de itens cotado(s);

5.2.8 - Valor unitário e global de cada um produto do(s) grupo(s) de itens cotado(s);

5.2.9 - Valor global de cada grupo(s) de itens cotado(s);

5.2.10 - Quantidade e especificação da embalagem;

5.2.11 - O prazo de validade da proposta;

5.3 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas;

5.4 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência da empresa proponente, para fins de pagamento, caso a empresa arremate o respectivo grupo de itens;

5.5 - Todas as especificações contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a empresa licitante;

5.6 - Em hipótese alguma será permitido itens com preço superior ao estimado.

Parágrafo Primeiro: Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este certame não tenha estabelecido limites mínimos e máximos, exceto quando se referirem aos materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, devendo a licitante demonstrar a exequibilidade da sua proposta de imediato nos termos da Súmula 262 do Tribunal de Contas da União – TCU.

Parágrafo Segundo: Serão desclassificadas as propostas que sejam incompletas, isto é, não contiverem informações suficientes que permitam a perfeita identificação do objeto licitado, qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com os termos do presente Edital.

Parágrafo Terceiro: Os valores apresentados nas propostas deverão conter, no máximo, 02 (duas) casas decimais após a vírgula, sob pena de desclassificação da proposta.

Parágrafo Quarto: O licitante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

Parágrafo Quinto: Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Parágrafo Sexto: Até a data e horário estipulados para término do cadastramento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta de que trata o item (5.1.1).

6 - DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global de cada grupo de itens cotado na proposta.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, conforme critério adotado no respectivo Edital, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable, conforme estabelecido no § 3º do art. 21 da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022, nos termos dos arts. 33 e 34 do mesmo instrumento normativo supra.

6.9.1. O Pregoeiro/agente de contratação ou a comissão de contratação, quando substituir este último, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.9.2. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item (6.9.1), implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.9.3. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante, com fulcro no § 6º do art. 21 da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022.

6.10. A disputa de preços do processo de licitação regulamentado pelo presente Edital seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: **ABERTO**.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "**ABERTO**", de que trata o inciso I do caput do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022, com procedimentos regulamentados pelo § 1º ao § 5º do caput do art. 23 do mesmo instrumento normativo supra, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no Edital de licitação.

6.11.1. A etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item (6.11.1), será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.11.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens (6.11.1) e (6.11.2), a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço ou em ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro/agente de contratação ou a comissão de contratação, quando substituir este último, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no Edital de licitação, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item (6.11.4), os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11.6. Encerrada a etapa de que trata o no item (6.11.5), o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço ou em ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", de que trata o inciso II do caput do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022, com procedimentos regulamentados pelo § 1º ao § 5º do caput do art. 24 do mesmo instrumento normativo supra, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado, conforme o critério de julgamento adotado no Edital de licitação.

6.12.1. A etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no item (6.12.1), o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.12.3. Após a etapa de que trata o no item (6.12.2), o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.4. No procedimento de que trata o item (6.12.3), o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item (6.12.3), os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, onde o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens (6.12.3) e (6.12.5), o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço ou em ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **"FECHADO E ABERTO"**, de que trata o inciso III do caput do art. 22 da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022, com procedimentos regulamentados pelo § 1º ao § 4º do caput do art. 25 do mesmo instrumento normativo supra, serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, na forma disposta no item (6.11), o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado no Edital de licitação.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item (6.13), poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos, na forma disposta no item (6.11).

6.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro/agente de contratação ou a comissão de contratação, quando substituir este último, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.

6.13.3. Após o reinício previsto no item (6.13.2), os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

6.13.4. Encerrada a etapa de que trata o item (6.13.3), o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço ou em ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.17. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a ente promovente da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

6.19. Quando for o caso de está previsto em Edital, os itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. Conforme estabelece o § 2º do art. 3º da Lei Federal nº. 9.787/99, nas aquisições de medicamentos, o medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais, desde que em condições de igualdade de preço e não havendo o desempate.

6.20.2.2. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou ente da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou ente Municipal, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.3. empresas brasileiras;

6.20.2.4. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.5. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29/12/2009.

6.21. As regras previstas no item (6.20.1) não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006

6.22. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será conduzida pelo pregoeiro/agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23. Finalizada a fase de disputa e, após a negociação do preço, o pregoeiro/agente de contratação ou a comissão de contratação, quando substituir este último, iniciará a fase de aceitação e julgamento da via da proposta de preço inicial enviada.

7 - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro/agente de contratação ou a comissão de contratação, quando substituir este último, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação ou Comissão, quando substituir este último, diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (art. 29, caput, da IN nº. 3/2018)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (art. 29, §1º, da IN nº. 3/2018).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (art. 29, §2º, da IN nº. 3/2018).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de julgamento e habilitação, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Pregoeiro/Agente de Contratação ou Comissão, quando substituir este último, verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a cláusula "1" deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação ou Comissão, quando substituir este último, examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 59 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 c/c o disposto nos artigos 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus anexos;

7.7.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item (7.8), só será considerada após diligência do pregoeiro/agente de contratação ou da comissão de contratação, quando substituir este último, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Quando for o caso, o Edital regulamentará o local, prazos e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes remanescentes.

7.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio do sistema da BLL.

7.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação ou Comissão de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma empresa que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.14. Em licitação onde o objeto do certame é a contratação de serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, além das disposições acima, a análise de executabilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.14.1. No caso de obras e serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.14.2. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.14.3. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário, mesmo que seja de apenas 1 (um) item, conforme planilha anexa ao Edital;

7.14.3.1. Em licitação onde o objeto do certame é a contratação de serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, quando houver a adoção do regime de empreitada por preço unitário e, a fim de evitar ao final do processo a assinatura de contrato superfaturado, que venha a causar dano ao patrimônio da Administração, caracterizado pela deficiência na execução da obra e dos serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança, conforme estabelece o art. 6º, inciso LVII, alínea "b" da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, o(a) Pregoeiro/Agente de Contratação ou Comissão de Contratação deverá solicitar da equipe de engenharia do ente promovedor da licitação, em sede de diligência, que seja realizada análise técnica nas propostas, especialmente nas planilhas de composições de custos dos preços unitários das propostas apresentadas, averiguando se os coeficientes apresentados na composição de cada item estão de acordo com o exigido no Projeto Básico/Termo de Referência;

7.14.3.2. Feitas as devidas análises técnicas, as propostas que estiverem em desacordo com o item (7.14.3.1) acima, serão desclassificadas do certame e, no que se refere aos coeficientes apresentados na composição de custo de cada item, se pelo menos 01 (um) deles estiver abaixo do exigido no Projeto Básico/Termo de Referência, será considerada falha insanável e afronta ao princípio da competitividade.

7.14.4. Em licitação onde o objeto do certame é a contratação de serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.15. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.16. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16.1. Em licitação onde o objeto do certame é a contratação de serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.16.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.16.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.17. Erros sanáveis no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço decorrente de sobrepreço ou superfaturamento e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.17.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, ou seja, que sejam sanáveis;

7.17.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.18. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.19. O pregoeiro/Agente de Contratação ou a Comissão, quando substituir este último, finalizada a fase de julgamento, solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação no sistema da BLL, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.19.1. A prorrogação de que trata o item (7.19), poderá ocorrer nas seguintes situações:

7.19.1.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro/agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando substituir este último; ou

7.19.1.2. de ofício, a critério do pregoeiro/agente de contratação ou da comissão de contratação, quando substituir este último, quando constatado que o prazo estabelecido não é

suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o item (7.19).

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº. 8.660, de 29/01/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. No caso de licitação com objeto dividido em mais de um grupo de itens/item, o licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação apenas uma vez, observada a forma de envio constante no Edital, e esta será pertinente a todos os grupos de itens/itens cotados pelo licitante;

8.4. Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que legalmente e com regularidade permita a sua emissão e consulta pela Internet, o Pregoeiro poderá verificar a autenticidade deste através de consulta junto ao respectivo site;

8.5. Para a habilitação jurídica e qualificação técnica, o licitante deverá, nos documentos exigidos neste instrumento convocatório, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais/atividade econômica com o objeto da licitação;

8.6. O Certificado de Registro Cadastral poderá ser apresentado por licitante inscrito no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Cedro-PE, que substituirá os documentos referentes à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal que sejam exigidos neste Edital, desde que, quando da verificação pelo Pregoeiro, seja constatado que a documentação constante dos arquivos estejam devidamente regulares, dentro do prazo de validade, observada a data de abertura do certame e disponível no arquivo e controles do competente cadastro;

8.7. Caso o documento apresentado seja expedido por instituição pública que esteja com seu funcionamento paralisado no dia da abertura da sessão, a licitante deverá, sob pena de ser inabilitada, apresentar, o referido documento, constando o termo final de seu período de validade coincidindo com o período da paralisação e deverá, quando do término da paralisação, sob pena de ser inabilitada supervenientemente, enviar o documento à Comissão nas condições de autenticação deste edital, para que seja apensado ao processo de licitação;

8.8. A análise da documentação de habilitação da empresa vencedora se dará ao final da fase de disputa de preços e julgamento, logo após a divulgação da empresa licitante arrematante do respectivo grupo de itens;

8.9. Uma vez que o sistema da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (BLL) não dispõe de campo próprio para anexação de cada um dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, constando para alguns casos apenas a opção "outros documentos" e, a fim de não haver divergência entre o sistema da BLL e o Edital, sempre prevalecerá as exigências constantes no Edital e seus respectivos anexos;

8.9.1. Nos termos dos Incisos I e II do art. 64 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.9.1.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.9.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10. Sob pena de desclassificação, as empresas licitantes deverão enviar juntamente com sua documentação de habilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme exige o § 1º do art. 63 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, com fulcro no § 1º do art. 64 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

8.12. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, com fundamento no § 1º do art. 65 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

a.1) REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial competente, devendo, no caso da empresa licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;

a.2) ATO CONSTITUTIVO COM A ÚLTIMA ALTERAÇÃO, ESTATUTO E/OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor, devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial competente, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, devendo, no caso da empresa licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;

a.3) INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz;

a.4) DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

B) REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

b.1) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ da empresa licitante;

b.2) Prova de Regularidade para com as fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede e/ou filial da empresa licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentarem igualdade de CNPJ, sendo:

b.2.1) A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à dívida ativa da união (DAU) por eles administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "b" do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de Julho de 1991;

b.2.2) Certidão quanto à Dívida Ativa do Estado, ou equivalente, referente ao ICMS, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado da sede da empresa licitante;

b.2.3) Certidão Negativa de Débitos Municipais, ou equivalente, expedida pelo setor competente do Município da sede da empresa licitante;

b.3) Certificado de Regularidade de Situação (CRF) ou equivalente, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da empresa licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal;

b.4) Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 452, de 1º de maio de 1943, alterada pela Lei nº. 12.440, de 07 de julho de 2012 – DOU de 08/07/2012, devendo a mesma ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

C) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

c.1) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

c.1.1) O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis supracitados poderão ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devendo ser utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que o venha substituir, mediante apresentação, junto à documentação, de memorial de cálculo assinado pelo contador da empresa.

c.1.2) As empresas com menos de um exercício financeiro deverão apresentar Balanço de Abertura ou último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

c.1.3) Serão considerados, "na forma da lei", o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e as demonstrações contábeis apresentados da seguinte forma:

I) publicados em Diário Oficial; ou

II) publicados em Jornal; ou

III) por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou no órgão de registro equivalente; ou

VI) por cópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

V) na forma de escrituração contábil digital (ECD).

c.1.4) O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis apresentados deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentadas por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC - são indispensáveis.

c.1.5) Análise contábil-financeira da empresa, para a avaliação de sua situação financeira, a ser apresentada em memorial de cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), assinada pelo contador responsável, com as seguintes fórmulas:

$LG = (\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}) / (\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO})$

$LC = (\text{ATIVO CIRCULANTE}) / (\text{PASSIVO CIRCULANTE})$

$SG = \text{ATIVO TOTAL} / (\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO})$

c.1.6) Será considerada apta financeiramente a empresa que tiver os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e o índice de Solvência Geral (SG) igual ou maior que 1,0 (um inteiro).

c.1.7) As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

c.1.8) Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

c.2) Cópia da Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa ou da Certidão Negativa de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica, no prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data da apresentação da proposta.

D) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

d.1) Comprovação de que a empresa licitante possui aptidão técnica e experiência prática para fornecimento de produto pertinente e compatível em características com o objeto de cada grupo de itens cotado, a ser feita através da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que figure o nome da empresa concorrente na condição de "contratada".

E) OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

e.1) Declaração, com modelo convertido em anexo deste Edital, sob as penalidades cabíveis, declarando em seu teor a inexistência de fatos impeditivos para habilitação da empresa licitante neste certame, garantindo ainda estar ciente da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores;

e.2) Declaração, com modelo convertido em anexo deste Edital, declarando em seu teor a inexistência de servidor público municipal nos quadros da empresa licitante;

e.3) Declaração, com modelo convertido em anexo deste Edital, declarando em seu teor que atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da CF/88;

e.4) Declaração, com modelo convertido em anexo deste Edital, declarando que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente.

Parágrafo Primeiro: Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

Parágrafo Segundo: Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

Parágrafo Terceiro: Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

Parágrafo Quarto: As certidões para fins de comprovação de regularidade fiscal, bem como as certidões de falência e concordata, conforme exigidas neste edital e, que não apresentarem expressamente o seu período de validade, será atribuída validade de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão.

Parágrafo Quinto: Os documentos relativos à comprovação da habilitação exigidos neste Edital, deverão ser apresentados conforme o regime jurídico da(s) empresa(s) licitante(s), ou seja, o conjunto de normas que dispõe sobre a sua constituição, regime tributário e etc, portanto, caso alguma empresa esteja desobrigada, por força de lei e/ou qualquer ato normativo, de apresentar algum desses documentos, neste caso, a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar declaração circunstanciada a fundamentação jurídico e fundamental legal da liberação de alguma dessas obrigações.

Parágrafo Sexto: As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Parágrafo Sétimo: As empresas licitantes deverão apresentar juntamente com sua documentação de habilitação, sob pena de inabilitação, declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e

em outras normas específicas, conforme estabelece o inciso IV do caput do art. 63 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

Parágrafo Oitavo: As empresas licitantes deverão apresentar juntamente com sua documentação de habilitação, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme estabelece o § 1º do caput do art. 63 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

Parágrafo Nono: As empresas licitantes deverão apresentar juntamente com sua documentação de habilitação, sob pena de inabilitação, declaração de que caso a empresa licitante seja vencedora, conforme estabelece o § 4º do art. 3º da Lei Federal nº 9.787/99, os medicamentos adquiridos serão acompanhados dos respectivos laudos de qualidade. E que a empresa se compromete a entregar os laudos de qualidade no momento em que os medicamentos forem entregues no município, como condição de aceitação.

9 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1- O pregoeiro/Agente de Contratação ou a Comissão, quando substituir este último, finalizada a fase de julgamento, solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação no sistema da BLL, para envio da proposta com o valor adequado ao seu lance final e, se necessário, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, contendo, dentre outras, as seguintes informações:

9.1.1 - Razão Social da empresa proponente;

9.1.2 - CNPJ da empresa proponente;

9.1.3 - Número para contato;

9.1.4 - Endereço comercial da empresa proponente;

9.1.5 - Descrição de cada item do(s) grupo(s) de itens cotado(s);

9.1.6 - Unidade de medida de cada produto do(s) grupo(s) de itens cotado(s);

9.1.7 - Marca de cada produto do(s) grupo(s) de itens cotado(s);

9.1.8 - Valor unitário e global consolidado de cada um produto do(s) grupo(s) de itens cotado(s);

9.1.9 - Valor global consolidado de cada grupo(s) de itens cotado(s);

9.1.10 - Quantidade e especificação da embalagem;

9.1.11- O prazo de validade da proposta;

9.2- Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.3- Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

9.4- A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

9.5- Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10 - DOS ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

10.1.1. O Pregoeiro/ agente de contratação ou a comissão de contratação, quando substituir este último, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

10.1.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro/ agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando substituir este último, nos autos do processo de licitação.

10.1.4. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e no art. 17 da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022.

10.1.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou do ente promovedor da licitação e no sistema da BLL, dentro do prazo estabelecido no item (10.1.2), e vincularão os participantes e a Administração.

11 - DOS RECURSOS

11.1. Dos atos do Pregoeiro decorrentes da aplicação da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e da aplicação dos termos desta Edital, cabem:

11.1.1. O recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) julgamento das propostas e
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

11.1.2. Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

11.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "a" e "b" do subitem (11.1.1), serão observadas as seguintes disposições:

11.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no subitem (11.1.1) será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, da ata de julgamento.

11.2.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

11.3. O recurso de que trata o item (11.1) será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.4. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

11.5. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1- Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, nos termos dos incisos I ao IV do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, tomar, umas das seguintes providências:

- 12.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 12.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13 - DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

13.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no Edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, e em outras legislações aplicáveis.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, e em outras legislações aplicáveis.

13.4. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item (13.3), a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

13.4.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.6. A regra do item (13.5) não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem (13.4.1).

13.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14 - DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Considerando que o órgão gerenciador da ata de registro de preços será o único contratante, a realização de procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública Municipal na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação foi dispensada, conforme discricionariedade validada no § 2º do art. 9º do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023.

15 - DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. As especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive as quantidades máximas de cada item que poderá ser adquirida pela Administração, estão devidamente previstos no Termo de Referência, convertido em Anexo I do Edital e dele fazendo parte integrante e complementar.

15.2. Não será permitido ser cotada quantidade inferiores as quantidades estabelecidas no Edital para cada um dos itens que compõem os grupos de itens para registro.

15.3. Não haverá a possibilidade de preços diferentes para nenhum dos itens que compõem os grupos de itens para registro, haja vista que o objeto do certame não se enquadra nas hipóteses das alíneas "a" à "d" do inciso III do caput do art. 82 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

16 - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

16.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

17 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E CADASTRO DE RESERVA

17.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

17.1.1. serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado que não haverá possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigar-se nos limites dela.

17.1.2. será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

17.1.2.1. dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

17.1.2.2. dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

17.1.3. será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

17.2. O registro a que se refere o subitem (17.1.2) tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

17.3. Para fins da ordem de classificação do cadastro de reservas, os licitantes ou fornecedores de que trata o subitem (17.1.2.1) antecederão aqueles de que trata o subitem (17.1.2.2).

17.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o item (17.2) somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

17.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas em Lei.

18 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **01 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data da devida divulgação, e poderá ser prorrogado por igual período, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

18.1.1. Fornecimento regular dos produtos;

18.1.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;

18.1.3. Manutenção do interesse pela Administração nas condições da ata;

18.1.4. Manutenção da vantajosidade econômica dos valores constantes na ata; e

18.1.5. Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

18.2. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão suas vigências estabelecidas até o final do exercício de referência das suas assinaturas.

19 - DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMOS DE QUANTITATIVOS

19.1. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

20 - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

20.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

20.1.1. para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida na ata;

20.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

20.1.3. na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

21 - DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

21.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

21.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

21.1.2. Na hipótese prevista no subitem (21.1.1), o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

21.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos previstos na ata, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

21.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

21.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

21.2.1. Para fins do disposto no item (21.2), o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

21.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto na ata, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, e na legislação aplicável.

21.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem (21.2.2), o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023.

21.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na ata, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

21.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item (21.2) e no subitem (21.2.1), o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

21.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

22 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS

22.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

22.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

22.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

22.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023; ou

22.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

22.2. Na hipótese prevista no subitem (22.1.4), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

22.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item (22.1) será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

22.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, se manifestarem no sentido de aceitar ou não assinar a ata de registro de preços.

22.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

22.5.1. por razão de interesse público;

22.5.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

22.5.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023 e previstas na ata.

23 - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA

- 23.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 23.2. O remanejamento de que trata o item (23.1) somente será feito:
- 23.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 23.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 23.3. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o item (23.1).
- 23.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites para as adesões previstos na ata.
- 23.5. Para fins do disposto no item (23.1), competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 23.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

24 - DAS ADESÕES

- 24.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 24.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
 - 24.1.2. demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021; e
 - 24.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 24.2. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 24.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 24.4. O prazo previsto no item (24.3) poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 24.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos na ata.

25 - DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

- 25.1. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata a cláusula 24:

25.1.1. as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

25.1.2. o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

26 - DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

26.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

26.1.1. Os instrumentos de que trata o item (26.1) serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

27 - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

27.1. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

27 - DAS VEDAÇÕES

27.1. Os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Cedro-PE poderão contratar mediante utilização de Ata de Registro de Preços de órgão ou entidade de qualquer das esferas da Administração Pública, desde que, possua orçamento igual ou superior ao do Município de Cedro-PE, obedecidas as condições estabelecidas nas respectivas legislações, cabendo a análise do procedimento originário da Ata e autorização destas adesões ao órgão e/ou entidade interessada, e cumprindo os requisitos previstos na ata.

29 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. Na condução das fases de julgamento e habilitação, o pregoeiro/agente de contratação ou a comissão de contratação, quando substituir este último, no desempenho das suas funções administrativas, em especial o que estabelece os caputs dos arts. 41, 42 e 43 da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022, que poderá:

29.1.1. no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

29.1.2. na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

29.1.2.1. quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento

29.1.3. na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os arts. 41 e 42 do instrumento normativo acima indicado, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

29.2. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do ente/entidade promovente da licitação, que poderá:

29.2.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, conforme atribuição administrativa conferida pelo inciso I do caput do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

29.2.2. Revogar, por motivo de conveniência e oportunidade, conforme atribuição administrativa conferida pelo inciso II do caput do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

29.2.3. Anular, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, conforme atribuição administrativa conferida pelo inciso III do caput do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

29.2.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação, conforme atribuição administrativa conferida pelo inciso IV do caput do art. 71 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

29.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos do § 1º do caput do art. 55 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

29.4. Os prazos previstos neste edital serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

29.4.1. os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

29.4.2. os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;

29.4.3. nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade promovente da licitação.

29.5. A participação no pregão eletrônico regulamentado por este Edital e seus anexos implicará aceitação integral e irreatável das normas e condições nele contidas, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de esclarecimento, impugnação e recurso administrativo.

29.6. Somente serão aceitos atestados apresentados na forma do Acórdão 1.214/2013-TCU.

29.6.1. No caso de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá ser apresentado com firma reconhecida de quem subscreveu o mesmo.

29.7. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº. 14.133, de 01/04/2021; no Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022.

29.8. O inteiro teor deste Edital com seus respectivos anexos, poderão ser obtidos junto ao portal oficial da Prefeitura Municipal de Cedro-PE, no seguinte endereço eletrônico: www.cedro.pe.gov.br/licitacaoalista.php e/ou via site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (BLL), na página www.bll.org.br.

30 - DOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL

- ANEXO I** – Termo de Referência.
- ANEXO II** – Minuta da Ata de Registro de Preços.
- ANEXO III** – Minuta do Futuro Termo de Contrato.
- ANEXO IV** – Declaração de fatos supervenientes.
- ANEXO V** – Declaração de inexistência de Servidor na Empresa.
- ANEXO VI** – Declaração na forma do art. 7º, inciso XXXIII da CF/88.
- ANEXO VII** – Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- ANEXO VIII** – Modelo da Proposta de Preço.

31 - DO FORO

31.1. Fica eleito o foro da Comarca do Município de Cedro, Estado do Pernambuco, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital e seus anexos, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CEDRO-CE, em 03 de maio de 2024.



VIVIANE NOGUEIRA SOARES
Coordenadora

Equipe de Planejamento de Contratações Públicas
Prefeitura Municipal de Cedro-PE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-014/2024-SESA

DADOS PRELIMINARES DO TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. Natureza jurídica do objeto:

- alienação e concessão de direito real de uso de bens;
 compra, inclusive por encomenda;
 locação;
 concessão e permissão de uso de bens públicos;
 prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;
 obras e serviços de arquitetura e engenharia;
 contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

2. Execução:

- direta;
 indireta;
 não se aplica à esta demanda.

3. Regime:

- serviço não continuado;
 serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra;
 serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra;
 empreitada por preço unitário;
 empreitada por preço global;
 empreitada integral;
 contratação por tarefa;
 contratação integrada;
 contratação semi-integrada;
 fornecimento e prestação de serviço associado.
 não se aplica à esta demanda.

4. Forma de fornecimento:

- parceladamente;
 entrega imediata (com prazo de entrega de até trinta dias da ordem de fornecimento);
 não se aplica à esta demanda.

5. Procedimento de licitação pelo qual será conduzido o processo de contratação:

- PREGÃO – (inciso I do caput do art. 28 da Lei nº. 14.133/2021);
 CONCORRÊNCIA – (inciso II do caput do art. 28 da Lei nº. 14.133/2021);
 CONCURSO – (inciso III do caput do art. 28 da Lei nº. 14.133/2021);
 LEILÃO – (inciso IV do caput do art. 28 da Lei nº. 14.133/2021);
 DIÁLOGO COMPETITIVO – (inciso V do caput do art. 28 da Lei nº. 14.133/2021);
 possibilidade de aplicação de procedimento de contratação direta.

6. Utilização de procedimentos auxiliares das licitações e das contratações:

- () CREDENCIAMENTO – (inciso I do caput do art. 78 da Lei nº. 14.133/2021);
() PRÉ-QUALIFICAÇÃO – (inciso II do caput do art. 78 da Lei nº. 14.133/2021);
() MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – (inciso III do caput do art. 78 da Lei nº. 14.133/2021);
(X) SRP – (inciso IV do caput do art. 78 da Lei nº. 14.133/2021);
() REGISTRO CADASTRAL – (inciso V do caput do art. 78 da Lei nº. 14.133/2021);
() não se aplica à esta demanda.

7. Procedimento de contratação direta pelo qual será conduzido o processo de contratação:

- () DISPENSA DE LICITAÇÃO – (Quando for o caso, indicar a hipótese legal);
() INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – (Quando for o caso, indicar a hipótese legal);
(X) não se aplica à esta demanda nenhuma das hipóteses legais de contratação direta.

8. Da legislação aplicável:

O processo administrativo de licitação para seleção da melhor proposta para contratação do objeto deste termo de referência, reger-se-á pela Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, que institui e regulamenta no âmbito das Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, prevista no art. 6º, inciso XLI do diploma legal acima citado; pelo Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, no âmbito da Administração Pública Federal; pela Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal, regulamentos esses que serão aplicados pelo município de Cedro-PE, conforme autorização legal constante no art. 187, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021; pelas disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e demais normas legais em vigor pertinentes a matéria.

9. Farmacêutico responsável pela supervisão técnica na elaboração do presente Termo de Referência (TR):

Nome: Issac Henrique Alves Souza

CRF: 09286

1 - DO OBJETO

(alinéa "a" do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

1.1- Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos diversos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cedro-PE, conforme especificações constantes no presente termo de referência.

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES

(alinéa "a" do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

2.1- A Secretaria de Saúde do Município de Cedro-PE tem como objetivo assegurar a provisão adequada de medicamentos essenciais para atender às necessidades da população. A presente justificativa técnica visa detalhar os critérios e a metodologia utilizada para determinar a quantidade de medicamentos a ser licitada, garantindo a eficiência, a economicidade e a continuidade dos serviços de saúde.

2.1.1- Análise da Demanda Histórica: Para determinar a quantidade necessária de medicamentos, foi realizada uma análise detalhada do consumo histórico dos últimos três anos. Foram considerados os seguintes pontos:

- a) Registros de Consumo Mensal: Avaliação dos relatórios de dispensação de medicamentos em todas as unidades de saúde.
- b) Tendências Sazonais: Identificação de variações sazonais no consumo de medicamentos, como aumento durante períodos de surtos epidemiológicos.
- c) Crescimento Populacional: Consideração do crescimento populacional e das mudanças demográficas que impactam a demanda por serviços de saúde.

2.1.2- Projeção da Demanda Futura: Baseado na análise histórica, utilizamos modelos estatísticos para projetar a demanda futura. Foram considerados fatores como:

- a) Epidemiologia Local: Incidência e prevalência de doenças na região.
- b) Novas Diretrizes Clínicas: Mudanças em protocolos de tratamento que podem impactar a prescrição de medicamentos.
- c) Incorporação de Novos Medicamentos: Inclusão de novos medicamentos no rol de fornecimento.

2.1.3- Estoque de Segurança: Para evitar desabastecimento, foi calculado um estoque de segurança adequado, considerando:

- a) Tempo de Reposição: Prazo necessário para a reposição dos estoques após a identificação de necessidade.
- b) Margem de Segurança: Percentual adicional sobre a demanda projetada para cobrir variações inesperadas na procura.

2.1.4- Otimização de Recursos: A otimização dos recursos financeiros foi um critério fundamental na definição das quantidades. Para isso, realizamos:

- a) Compra Centralizada: Aquisição centralizada de medicamentos para aproveitar economias de escala.
- b) Racionalização do Uso de Medicamentos: Campanhas de uso racional de medicamentos para evitar desperdícios e garantir o uso adequado.

2.1.5- Feedback de Unidades de Saúde: Realizamos consultas e reuniões com as unidades de saúde para entender suas necessidades específicas e possíveis dificuldades enfrentadas na gestão de estoques. Esse feedback foi crucial para ajustar as projeções e garantir que todas as unidades sejam devidamente atendidas.

2.1.6- Considerações Orçamentárias: Por mais que a licitação seja para o registro de preços dos produtos, o princípio do planejamento foi observado, uma vez que a quantidade de medicamentos a ser licitada foi compatibilizada com o orçamento disponível, assegurando a viabilidade financeira do plano de aquisição. A estratégia adotada visa maximizar o uso dos recursos públicos, garantindo a oferta contínua de medicamentos essenciais sem comprometer outras áreas do sistema de saúde.

2.1.6- Conclusão: A determinação da quantidade de medicamentos a ser licitada pela Secretaria Municipal de Saúde de Cedro-PE foi baseada em uma metodologia robusta que considerou o histórico de consumo, projeções futuras, estoque de segurança, otimização de recursos e feedback das unidades de saúde. Esta abordagem garante que os medicamentos necessários

estarão disponíveis para a população, promovendo a saúde e o bem-estar comunitário de forma eficiente e sustentável, ficando os quantitativos na forma das planilhas abaixo:

GRUPO DE ITENS 01 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO)

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	BR0292418-2	Ciprofloxacino Sol. Injetável 2mg/ml fa 200ML. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	1000
2	BR0393328	Cloreto Potássio xpe 100ml s/cx. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	100
3	BR033298-5	Levofloxacino 5mg/ml ampola com 100ml caixa com 80 ampolas MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CX	1000
4	BR0268498	Metronidazol inj 5 mg/ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	3000

GRUPO DE ITENS 02 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO)

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	BR0352317	Água Destilada, Injeção Ampola 10 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	25000
2	BR0276097	Bicarbonato de sódio sol. Inj. 10%. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	500
3	BR0267162	Cloreto de Potássio, 19,10 %. Solução injetável. Ampola 10 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	2000
4	BR0268236	Cloreto de sódio 0,9% - sol nasal. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	1300
5	BR0382563	Cloreto de Sódio 10% inj 10ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	2000
6	BR0267541	Glicose 50% inj 10ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	5000
7	BR0270019	Gluconato Cálcio 10% inj 10 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	100
8	BR0268076	Sulfato de Magnésio 10%. MEDICAMENTO GENÉRICO.	AMPOLA	200

		VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO		
9	BR0268075	Sulfato de Magnésio 50%. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	200

GRUPO DE ITENS 03 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	BR0269571-1	Anestalcon® Cloridrato proximetacaína 5,0mg fr. 5ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	10
2	BR0269846-2	Cloridrato de Lidocaina 2% gel 30g. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	BISNAGA	360
3	BR0269843-2	Cloridrato de Lidocaina 2% s/v 20ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	2000
4	BR027298	Etilefrina clor. 1ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	500
5	BR0271950-3	Fentanil Sol. Inj. 0,05 mg/ml - ampola 10ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	2000
6	BR0268482	Midazolam Solução Injetável 5 mg/3 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	1000

GRUPO DE ITENS 04 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	BR0267638	Clorpromazina, cloridrato, 100mg cpr CATMAT BR0267638. MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	CPR	1200
2	BR0267635	Clorpromazina, cloridrato, 25mg cpr CATMAT - BR0267635. MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	CPR	80000
3	BR0267195	Diazepam 5mg cpr (b1)** CATMAT BR0267195. MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	CPR	500
4	BR0267197	Diazepam 10mg cpr (b1)** CATMAT - BR0267197. MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	CPR	500

5	BR0267194	Diazepam 10mg solução injetável, ampola 2ml (b1)** CATMAT - BR0267194 MEDICAMENTO GENÉRICO	AMP.	48000
6	BR0267657	Fenitoína 100mg BR0267657 MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	CPR.	500
7	BR0266587	Fenitoína 25mg/ml, solução oral ** CATMAT - BR0266587 MEDICAMENTO GENÉRICO	FR.	60800
8	BR0267107	Fenitoína 50mg 5ml, injetável ** CATMAT - BR0267107 MEDICAMENTO GENÉRICO	AMP.	141000
9	BR0267621	Carbonato de Lítio 300mg . cpr CATMAT - BR0267621 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	77000
10	BR0267660	Fenobarbital 100mg cpr (c1)** CATMAT - BR0267660 MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	CPR.	1050
11	BR0300723	Fenobarbital 40mg/ml, fr c/ 20ml (c1)** CATMAT - BR0300723 MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	FR.	2500
12	BR0277513	Fluoxetina 20 Mg/ml fr c/ 20 ML (Daforin) ** CATMAT - BR0277513 MEDICAMENTO GENÉRICO	FR.	800
13	BR0273009-2	Fluoxetina 20mg cpr CATMAT - BR0273009-2 MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	CPR.	1550
14	BR0285965	Levetiracetam 250mg, cpr. ** CATMAT - BR0285965 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	13600
15	BR0268128	Levomepromazina maleato 25mg, cpr. ** CATMAT - BR0268128 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	18600
16	BR0272329	Pentidina clor. 100 mg 2ml, solução injetável, (a1) ** (dolantina). CATMAT - BR0272329 MEDICAMENTO GENÉRICO	AMP.	17000
17	BR0390007	Quetiapina 200mg . CATMAT BR0390007 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	50000
18	BR0272839	Risperidona 1mg, cpr. ** CATMAT - BR0272839 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	5000
19	BR0272365	Sertralina 50mg caixa com 30 comprimidos. CATMAT BR0272365 MEDICAMENTO GENÉRICO	CX	12000
20	BR0292382	Tramadol 50mg, solução injetável 2 ml (a2) ** CATMAT - BR0292382 MEDICAMENTO GENÉRICO	AMP.	500
21	BR0267504-2	Valproato de Sódio (ácido valproico) 250mg cpr. BR0267504-2 MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	CPR.	1500
22	BR0267505	Valproato de Sódio (ácido valproico) 500mg, cpr. CATMAT - BR0267505 MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	CPR.	70000
23	BR0308732	Ácido Valpróico (Valproato de sódio) 50mg/ml xarope frasco 100ml CATMAT - BR0308732 MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	FR.	50000
24	BR0284465	Alprazolam 2mg, cpr ** CATMAT - BR0284465 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	3600
25	BR0305464	Daforin 10mg caps ** CATMAT - BR0305464- MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	200
26	BR0271620	Olanzapina 5mg, cpr.** CATMAT - BR0271620	CPR.	80000

		MEDICAMENTO GENÉRICO		
27	BR0268149	Risperidona 2mg, cpr. ** CATMAT - BR0268149 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	200
28	BR0267512	Amitriptilina 25mg cpr (c1)** CATMAT - BR0267512 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	200
29	BR0267657	Fenitoina 100mg BR0267657 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	500
30	BR0267660	Fenobarbital 100mg cpr (c1)** CATMAT - BR0267660 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	600
31	BR0300723	Fenobarbital 40mg/ml, fr c/ 20ml (c1)** CATMAT - BR0300723 MEDICAMENTO GENÉRICO	FR.	600
32	BR0292194	Haldol Decanoato 70,52mg/ml, solução injetável, Ampolas de 1ml ** CATMAT - BR0292194	AMP.	20
33	BR0267670	Haloperidol 1mg cpr. CATMAT - BR0267670 MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	CPR.	8000
34	BR0292195-2	haloperidol 2mg/ml 20 ml BR0292195-2 MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	FR	33900
35	BR0267669	Haloperidol 5mg cpr (c1)** CATMAT - BR0267669 MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL.	CPR.	35000
36	BR0292196	Haloperidol 5mg/ml injetável 1ml (c1)** CATMAT - BR0292196 MEDICAMENTO GENÉRICO	AMP.	400
37	BR0268069	Clorpromazina 25mg, solução injetável 5ml (c1)** CATMAT - BR0268069 MEDICAMENTO GENÉRICO	AMP.	500
38	BR0300722	Fenobarbital 200mg injetável, 2ml (c1)** CATMAT - BR0300722 MEDICAMENTO GENÉRICO	AMP.	800
39	BR0425182	Ketamin cloridrato de dextrocetamina Solução Injetável - 50 mg/mL ** CATMAT - BR0425182 MEDICAMENTO GENÉRICO	AMP.	200
40	BR0309441	Tramadol 100mg, cpr. ** CATMAT - BR0309441 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	50
41	BR0267194	Diazepam 5mg solução injetável, ampola 2ml (b1)** CATMAT - BR0267194 MEDICAMENTO GENÉRICO	AMP.	85000
42	BR0268960	Dopamina 50mg Injetável 10 ML ** CATMAT - BR0268960 MEDICAMENTO GENÉRICO	AMP.	6500
43	BR0273009-2	Fluoxetina 20mg cpr CATMAT - BR0273009-2 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	26000
44	BR0268534-2	Tramadol 50mg, cpr. ** CATMAT - BR0268534-2 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	800
45	BR0300725	Fenobarbital 100mg injetável, 2ml (c1)** CATMAT- BR0300725 MEDICAMENTO GENÉRICO	AMP.	1000
46	BR0270130	Levodopa+Carbidopa 250mg/25mg cpr ** CATMAT - BR0270130 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	16000
47	BR0268129	Levomopromazina maleato 100mg, cpr. ** CATMAT - BR0268129 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	1900
48	BR0304871	Morfina 10mg/ml, solução injetável, amp. 1ml. ** CATMAT - BR0304871 MEDICAMENTO GENÉRICO	AMP.	80500
49	BR0271621	Olanzapina 10mg, cpr. ** CATMAT - BR0271621 MEDICAMENTO GENÉRICO	CPR.	1500
50	BR0267657	Fenitoina 100mg BR0267657 MEDICAMENTO GENÉRICO, REG ANVISA, SIM, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, A PARTIR DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL	CPR.	200
51	BR0267621	Carbonato de Lítio 300mg, cpr CATMAT - BR0267621	CPR.	1400

		MEDICAMENTO GENÉRICO		
52	BR0277513	Fluoxetina 20 Mg/ml fr c/ 20 ML (Daforin) ** CATMAT - BR0277513 MEDICAMENTO GENÉRICO	FR.	500

GRUPO DE ITENS 05 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	BR0271687	Ácido Ascórbico 100mg/ml. Solução injetável, ampola 5ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	7000
2	BR0327566	Ácido Tranexânico 50mg inj. 5ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	2000
3	BR0268255	Adrenalina (Epinefrina), 1 mg/ml. Solução injetável. Ampola 1 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	2000
4	BR0292402	Aminofilina 24mg, inj 10ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	2000
5	BR0271710	Amiodarona injetável. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	1500
6	BR0268207	Ampicilina 1g inj. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	1300
7	BR0270613	Benzilpenicilina benzatina -600.000 ui - pó p/ sus inj. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	3100
8	BR0270612	Benzilpenicilina benzatina-1.200.000 ui-pó p/ sus inj. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	9500
9	BR 0270614	Benzilpenicilina procaína 400.000 ui - pó para suspensão injetável caixa com 50 ampolas. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CX	20
10	BR0269958-1	Bromoprida, 5 mg/ml, Solução injetável, Ampola 2 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	10000
11	BR0268228	Cefalotina 1g - Pó para solução injetável. Frasco-ampola. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	3000
12	BR0442701	Ceftriaxona Sódica, 1 g. Pó para solução injetável. Frasco-ampola iv. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	6000
13	BR0340167	Cimetidina 150mg inj. 2ml. MEDICAMENTO GENÉRICO.	AMPOLA	6000

		VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM		
14	BR0292419-2	Clindamicina, Fosfato, 150 mg/ml, Solução injetável, Ampola 2 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	1000
15	BR0292419-2	Clindamicina, Fosfato, 150 mg/ml, Solução injetável, Ampola 4 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	3000
16	BR0335100	Cloranfenicol, Succinato Sódico, 1000 mg. Pó para solução injetável. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	1000
17	BR0267310-2	Cloridrato de Metoclopramida 5mg/ml inj 2ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	3000
18	BR0267769	Cloridrato de Prometazina 50 mg/2ml injetável. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	6000
19	BR0272091	Complexo B inj 2ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	8000
20	BR0276283	Deslanosideo 0,2mg/ml inj 2ml MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	1000
21	BR0300733	Dexametasona, Fosfato Dissódico, 2 mg/ml, Solução injetável, Ampola 1 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	4000
22	BR0292427	Dexametasona, Fosfato Dissódico, 4 mg/ml, Solução injetável, Frasco-ampola 2,5 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	9000
23	BR0271003	Diclofenaco sodico 75mg inj 3 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	5000
24	BR0268252	Dipirona 500mg/ ml inj 2ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	12000
25	BR0268446	Dobutamina 12,5 mg/ml /20 ml inj. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	500
26	BR0272645	Enoxaparina sódica, injetável, 40mg/0,4ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	3000

27	BR0268455	Enoxaparina sódica, injetável, 80mg/0,8ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	1000
28	BR0268255	Epinefrina 1ml cx/100 amp. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	5000
29	BR0292399-2	Fitomenadiona 10mg/ml inj 1ml vit. K(iv) MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA, REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	1200
30	BR0267663	Furosemida - 40 mg - com. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	66000
31	BR0267666	Furosemida 10mg/ml inj 2 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	7000
32	BR0267668	Gentamicina 10mg inj 1ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	2000
33	BR0269761	Gentamicina 20mg inj 1ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	2000
34	BR0268256-1	Gentamicina 40mg inj 1ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	2500
35	BR0269759	Gentamicina 80mg inj 2ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	2500
36	BR0272796	Heparina Sódica 5.000ui inj 5ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	1000
37	BR0270220	Hidrocortisona 100mg inj f/a MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	5000
38	BR0342134	Hidrocortisona 500mg inj f/a MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	7000
39	BR0267282	Hioscina Composta Injetável. - Escopolamina, Butilbrometo, 4 mg/ml. Solução injetável. Ampola 5 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	10000
40	BR0267282	Hioscina Composto Injetável. - Escopolamina, Butilbrometo, 20 mg/ml. Solução injetável. Ampola 1 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA.	AMPOLA	3000

		REGISTRO NA ANVISA. SIM		
41	BR0267282	Hioscina Simples Injetável, - Escopolamina, Butilbrometo, 20 mg/ml. Solução injetável. Ampola 1 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	7000
42	BR0425182	Ketamin injetável 50MG/ml 10ML - dexroacetamina, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA, REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	200
43	BR0342153	Maleato de Ergometrina 0,2mg inj 1ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	100
44	BR0266827	Matergan - Imunoglobulina Anti-rho (D), 300 mcg. Solução injetável. Frasco-ampola 2 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	50
45	BR0267310-2	Metoclopramida, Cloridrato, 5 mg/ml. Solução injetável. Ampola 2 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	1000
46	BR0275121	Nootropil 200mg/ml cx com 12 amp 5ml - piracetam. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CAIXA	1000
47	BR0442584	Noradrenalina - Norepinefrina 2 mg/ml. Solução injetável. Ampola 4 ml MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	1200
48	BR0270846	Noretisterona, Enantato de + Estradiol, Valerato de, 50 + 5 mg/ml. Solução injetável. Ampola 1 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	200
49	BR0448616	Noripurum ® EV Solução injetável endovenosa 100 mg/5 ml - Ferripolimaltose. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	11000
50	BR0268160	Omeprazol 40mg / Injetável I.V MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	5000
51	BR0268504-1	Ondansetrona Solução injetável 4 mg/2 ml I.V MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	10000
52	BR0268513	Oxacilina Sódica, 500 mg. Pó para solução injetável. Frasco-ampola. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	8000
53	BR0268277	Oxitocina, 5 ui/ml. Solução injetável. Ampola 1 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	700

54	BR0335112	Pentoxifilina 20mg/ml inj 5ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	1000
55	BR0268214	Sulfato de Atropina, 0,25 mg/ml. Solução injetável. Ampola 1 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	2000
56	BR0268532	Tenoxicam, 20 mg, Pó liofilizado para solução injetável, Frasco-ampola 2 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	2000
57	BR0268533	Tenoxicam, 40 mg, Pó liofilizado para solução injetável, Frasco-ampola. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	AMPOLA	5000

GRUPO DE ITENS 06 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).

ITEM	CODIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	BR0434110	Acetilcisteína, 600 Mg, Caixa com 16 Envelope de 5 Gramas. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CAIXA	100
2	BR0268115	Hidralazina 20mg/ml inj 1ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	AMPOLA	1000
3	BR0268837	Saccharomyces 100mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CAPS	600
4	BR0275989	Saccharomyces Boulardii - 17, 200 mg Envelope. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	UNID	600
5	BR0380865	Sulfato de polixina B + sulfato de neomicina + fluocinolona acetona + cloridrato de lidocaína, 10000ui/ml + 3,5mg/ml + 0,250mg/ml + 20mg/ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	120
6	BR0268186	Supositorio de Glicerina adulto. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	UNID	600
7	BR0268185	Supositorio de Glicerina infantil. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	UNID	600
8	BR0394103	Xarelto (Rivaroxabana) 10mg comprimidos revestidos, caixa com 30 comprimidos. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CX	20

GRUPO DE ITENS 07 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	BR0268370	Aciclovir 200mg, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CRP.	3600
2	BR0267502	Ácido Acetilsalicílico, 100mg, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	Comprimido de liberação prolongada	36000
3	BR0267502	Ácido Acetilsalicílico, 100mg, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	5000
4	BR0267501	Ácido Acetilsalicílico, 500mg, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	500
5	BR0267503	Ácido fólico, 5mg, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	3000
6	BR0267506	Albendazol 400mg cpr. Mastigável, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	6600
7	BR0269462	Alendronato de sódio 70 mg, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	800
8	BR0267511	Aminofilina, 100mg, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	1000
9	BR0267510	Amiodarona - 200 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	5700
10	BR0271089-1	Amoxicilina - 500 mg - caps. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CAPS	2000
11	BR0271089-2	Amoxicilina - 500 mg, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	8000
12	BR0267515-1	Ampicilina 500mg -MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CAPS	1000
13	BR0268896	Anlodipino - 10mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	61000

14	BR0272434	Anlodipino - 5 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	61000
15	BR0267517	Atenolol - 50 mg -MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	61000
16	BR0267516	Atenolol 25 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	1200
17	BR0267140	Azitromicina - 500 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	4000
18	BR0268951	Azitromicina 1000mg, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	1000
19	BR0267613	Captopril - 25 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	64000
20	BR0306361	Carbonato de cálcio+colecalciferol600mg/400ui, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	6200
21	BR0267565	Carvedilol Comprimidos de 6,25 mg, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	500
22	BR0267625-1	Cefalexina - 500 mg - cap ou com. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	11000
23	BR0267628	Cinarizina 25mg, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	200
24	BR0266436	Clindamicina, Cloridrato, 300 mg, Cápsula. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPS	2000
25	BR0272045	Clopidogrel 75 mg comprimido, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	2000
26	BR0267632	Cloridrato de Ciprofloxacino 500mg, cpr. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	8500
27	BR0267690	Cloridrato de Metformina 500 mg, cpr. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	153000
28	BR0267691	Cloridrato de Metformina 850 mg, cpr. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A	CPR	155000

		PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM		
29	BR0267312	Cloridrato de Metoclopramida - 10 mg - cpr. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	1000
30	BR0267768	Cloridrato de Prometazina 25mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	36500
31	BR0267772	Cloridrato de Propranolol - 40 mg - com MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	126000
32	BR0269388	Dexametasona - 4 mg/g cpr. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	1000
33	BR0267645	Dexclorfeniramina - 2 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	8400
34	BR0271000	Diclofenaco sodico 50mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	1000
35	BR0267647	Digoxina - 0,25 mg - com MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	11600
36	BR0273395	Dinitrato de isossorbida 5mg com sub lingual. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	1500
37	BR0268493	Doxazosina - 2 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	500
38	BR0267651	Enalapril - 10 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	67000
39	BR0267652	Enalapril - 20 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	61000
40	BR0269991	Eritromicina 250mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	500
41	BR0267654	Espironolactona - 100 mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	1000
42	BR0267653	Espironolactona - 25 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	19000

		SIM		
43	BR0267662	Fluconazol - 150 mg - com. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	6500
44	BR0272478	Flunarizina 10mg cpr. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	200
45	BR0267671	Glibenclamida comprimido 5 mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	89000
46	BR0417713	Gliclazida 60 mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	600
47	BR0267674	Hidroclorotiazida - 25 mg - com. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	257000
48	BR0267675	Hidroclorotiazida 50mg . MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	2000
49	BR0267283	Hioscina Composta - Escopolamina, Butilbrometo, 10 mg. Comprimido. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	1000
50	BR02676777	Ibuprofeno - 300 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	15000
51	BR0267676	Ibuprofeno - 600 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	37000
52	BR0273396	Isossorbida 10mg MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	2000
53	BR0273395	Isossorbida 5mg sub-lingual. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	2000
54	BR0376767	Ivermectina 6mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	4500
55	BR0285966	Levetiracetam 500 mg caixa com 30 comprimidos. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CAIXA	30
56	BR0305270	Levofloxacino, 500 mg. caixa c/ 07 comp. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CAIXA	200

57	BR0273466	Loratadina - 10 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	15000
58	BR0270786	Losartana Potássica, 25mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	1000
59	BR0268856	Losartana Potássica, 50mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	372000
60	BR0267650	Maleato de Enalapril comprimido 5 mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	5000
61	BR0267689	Metildopa - 250 mg - com. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	27400
62	BR0388796	Metildopa 500mg cpr. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	2400
63	BR0267312	Metoclopramida, Cloridrato, 10 mg. Comprimido. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	7000
64	BR0267717	Metronidazol - 250 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	4200
65	BR0268499	Metronidazol - 400 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	4360
66	BR0268499	Metronidazol - 400 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM		2000
67	BR0267729	Nifedipina 20mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	10000
68	BR0267728-2	Nifedipino - 10 mg - cap ou com. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CAPS	36000
69	BR0267712	Omeprazol - 20 mg - cap. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	90000
70	BR0267778	Paracetamol 500mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	32000
71	BR0327699-1	Permanganato de potássio 100mg - MEDICAMENTO	CPR	600

		GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO		
72	BR0274036-2	Piroxicam 20mg caps. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CAPS	200
73	BR0267743	Prednisona 20mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	18400
74	BR0267741	Prednisona 5mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	10200
75	BR0267747	Sinvastantina 20mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	31000
76	BR0267745	Sinvastantina 40mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	62000
77	BR0308882	Sulfameta+C219:C227xazol + Trimetoprima, -400 mg+ 80 mg-COM. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	8000
78	BR0292344	Sulfato ferroso - 40 mg - MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	500
79	BR0273621	Sulfato Ferroso, (60 mg de Ferro Elementar). 300mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	6200
80	BR0268531	Tenoxicam, 20 mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	CPR	200
81	BR0267425	Verapamil, Cloridrato, 80 mg. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	CPR	500

GRUPO DE ITENS 08 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO)

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	BR0448838	Acebrofilina, 25mg/5ml Xarope Pediátrico 120ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	500
2	BR0448839	Acebrofilina, 50mg/5ml Xarope Adulto 120ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	500
3	BR 0270558-	Acetilcisteína, xarope 20mg/ml frasco com 120ml,	UND	500

	3	MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM		
4	BR0271689-2	Ácido Ascórbico, 200 mg/ml. Solução oral. Frasco 30 ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	100
5	BR0267507-1	Albendazol 40mg/ml sus oral, 10ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	6500
6	BR0271659-1	Ambroxol, xarope adulto, 100 ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	700
7	BR0271660-1	Ambroxol, xarope infantil, 100ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	700
8	BR0271111-1	Amoxicilina - 50 mg/ml - pó p/ sus oral, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	10100
9	BR0271111-1	Amoxicilina 250mg/5ml, susp 60ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	500
10	BR0448843	Ampicilina 250mg/5ml susp 60ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	200
11	BR0268949	Azitromicina - 40 mg/ml - pó p/ sus oral 15ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	700
12	BR0314517-3	Azitromicina - 40 mg/ml - pó p/ sus oral, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	700
13	BR0266863-2	Benzoilmetronidazol - 40mg/ml - sus oral, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	500
14	BR0268331-2	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25mg . Solução para inalação. Frasco 20 ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	600
15	BR0269956	Bromoprida, 4 mg/ml, Solução oral, Frasco 20 ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	1000
16	BR0331555-1	Cefalexina 250mg susp 60 ml, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	1000
17	BR0331555-2	Cefalexina 250mg/5ml, MEDICAMENTO GENÉRICO,	FRASCO	800

		VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM		
18	BR0271103-1	Cetoconazol 2% - xamp MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	980
19	BR0267582	Clenil nasal aquoso spray - Beclometasona, Dipropionato, 50 mcg/dose, Aerossol nasal, Frasco 20ml/130 doses. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	120
20	BR0267311	Cloridrato de Metoclopramida, 10ml s/cx. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	1500
21	BR0272092-2	Complexo B susp 100ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	50
22	BR0337468-2	Desloratadina xarope pediátrico 0,5mg/ml frasco com 60ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	UND	100
23	BR0268243-1	Dexametasona - 0,1 mg/ml. Elixir. Frasco 100 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	2440
24	BR0298454-1	Dexclorfeniramina xpe 100ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	4000
25	BR0352319	Diclofenaco resinato gotas 15mg/ml, 20ml s/cx. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	200
26	BR0392118-1	Dimeticona gotas 10ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	2000
27	BR0267205-1	Dipirona gotas 10ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	1500
28	BR0267205-1	Dipirona sódica - 500 mg/ml - sol oral. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	3500
29	BR0267590	Dipropionato de beclometasona (HFA), 200 mcg/dose, SPRAY, Frasco 200 doses. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	100
30	BR0267587	Dipropionato de beclometasona 200mcg, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	1200

31	BR0269963	Domperidona Susp. Oral 1 mg/ml frasco com 100 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	200
32	BR0396471	Fenoterol gotas 20 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	500
33	BR0433940-1	Guaco (Mikania Glomerata), 35 mg/ml, xarope Frasco 100 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	2700
34	BR0340783-2	Hidróxido de alumínio - 61,5 mg - Suspensão oral. Frasco 100 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	2000
35	BR0340783-2	Hidróxido de Alumínio, 100 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	1200
36	BR0267281-1	Hioscina Composta gotas. - Escopolamina, Butilbrometo, 10 mg/ml. Solução oral. Frasco 20 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	1200
37	BR0294643	Ibuprofeno - 50 mg/ml. Suspensão oral. Frasco 30 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	2040
38	BR0332755-3	Ibuprofeno. 100 mg/ml. Suspensão oral. Frasco 20 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	500
39	BR0268265-1	Iodeto de potássio, xarope 100 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	100
40	BR0305247-2	Lactulose 667 mg/ml MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	XP	1000
41	BR0404406-1	Legalon -Silybum Marianum (L.) Gaertn, 64/5 mg/ml, Solução oral, Frasco 100 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	5
42	BR0273467-2	Loratadina xarope 100 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	3200
43	BR0393870	MALEATO DEXCLOFERINAMINA + BETAMETAZONA, XAROPE 120ML. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	500
44	BR0267694	Mebendazol susp 30ml s/cx. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA	FRASCO	200

		EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM		
45	BR0267311	Metoclopramida, Cloridrato, 4 mg/ml. Solução oral. Frasco 10 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	600
46	BR0266863-3	Metronidazol 40mg/ml suspensão. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	200
47	BR0267378-3	Nistatina 100.000 ui/ml. Suspensão oral. Frasco 50 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	860
48	BR0233632-1	Óleo Mineral 100 ml s/cx . MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	950
49	BR0267777-3	Paracetamol 200mg/ml sol oral. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	2440
50	BR0267777-2	Paracetamol gotas 15ml, 200mg, s/cx. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	1000
51	BR0363597-1	Permetrina loçao 5% frasco. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	360
52	BR0448595	Prednisolona, 3 mg/ml. Solução oral. Frasco 100 ml MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	3160
53	BR0271140	Rifamicina Spray, 10mg/ml. Solução Tópica. Frasco 20 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	50
54	BR0292331-1	Salbutamol, Sulfato, 0,4 mg/ml. Xarope, Frasco 100 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	600
55	BR0294887	Salbutamol, Sulfato, 100 mcg/dose SPRAY. Frasco 200 doses. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	500
56	BR0308884-3	Sulfametaxazol + Trimetoprima, (40mg+8mg)/ml SUS. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	4000
57	BR0308884-1	Sulfametoxazol + Trimetoprima, Suspensão, frasco com 50ml s/cx. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	500
58	BR0463220	Sulfato de zinco 4mg/ml - xpe, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	1800

		ANVISA. NÃO		
59	BR0332468-2	Sulfato Ferroso (5 mg/ml de Ferro Elementar), 25 mg/ml, Xarope, Frasco 100 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	FRASCO	160
60	BR0406799	Sulfato Ferroso, (13,7 Mg/ml de Ferro Elementar), 68 mg/ml, gotas, frasco c/ 30ml s/cx. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	FRASCO	100
61	BR0272581	Timolol, Maleato, 0,5 %, Solução oftálmica, Frasco 5 ml. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	UNID	3620

GRUPO DE ITENS 09 - (AMPLA PARTICIPAÇÃO).

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	BR0268375-2	Aciclovir 50mg/g Creme 10g, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	BISNAGA	150
2	BR0268375-2	Aciclovir, 50mg/g Creme 10g, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	BISNAGA	100
3	BR0267643	Dexametasona - 0,1% - creme. Bisnaga 10 g. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	BISNAGA	2580
4	BR0268958-2	Kollagenase - 0,6 ui/g. Pomada Dermatológica com 30g. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	BISNAGA	100
5	BR0372335	Metronidazol - 100mg/g - gel vaginal, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	BISNAGA	600
6	BR0273167-1	Neomicina+Bacitracina Pomada 10g, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	BISNAGA	1000
7	BR0268286-1	Nitrato de Miconazol 2% - creme. derm. top. Bisnaga 28 g. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	BISNAGA	1400
8	BR0268162-2	Nitrato de Miconazol a 2% creme vaginal. Bisnaga 80 g. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	BISNAGA	1850
9	BR0274648-7	Pasta d'água - pasta, MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	BISNAGA	680
10	BR0272089-1	Sulfadiazina de prata 1% - MEDICAMENTO GENÉRICO,	BISNAGA	600

		VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM		
11	BR0272089-7	Sulfadiazina de Prata Creme Dermatológico 10mg (pote com 400g. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. SIM	UNID	100
12	BR0406308	Sulfato de gentamicina colírio. MEDICAMENTO GENÉRICO, VALIDADE, MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA. REGISTRO NA ANVISA. NÃO	UNID	70

3 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(alínea "a" do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **01 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data da devida divulgação, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que autorizado formalmente pela autoridade competente e caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea:

- 3.1.1. Fornecimento regular dos produtos;
- 3.1.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- 3.1.3. Manutenção do interesse pela Administração nas condições da ata;
- 3.1.4. Manutenção da vantajosidade econômica dos valores constantes na ata; e
- 3.1.5. Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

3.2. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão suas vigências estabelecidas até o final do exercício de referência das suas assinaturas.

4 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

(alínea "b" do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

4.1. A aquisição de medicamentos pelo município deve seguir uma fundamentação legal rigorosa, baseada em princípios e normas estabelecidos pela legislação brasileira. Este documento apresenta a fundamentação legal para a licitação e compra de medicamentos, respaldada pelo Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.1.1. Princípios da Administração Pública:

A aquisição de medicamentos deve observar os princípios básicos da Administração Pública, conforme estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal de 1988:

- Legalidade: A aquisição deve estar em conformidade com as leis vigentes.
- Impessoalidade: O processo deve ser conduzido de forma objetiva e imparcial.
- Moralidade: A decisão deve ser ética e transparente.
- Publicidade: O procedimento deve ser divulgado para garantir a transparência.
- Eficiência: A aquisição deve ser realizada de forma a maximizar os recursos públicos.

4.1.2. Legislação Aplicável:

- Lei nº. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);
- Lei nº. 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde);
- Lei Federal nº 9.787/99 (Estabelece o Medicamento Genérico);
- Decreto nº. 7.508/2011 (Regulamenta a Lei nº. 8.080/1990).

4.1.3. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado pela Secretaria Municipal de Saúde fundamenta a necessidade de aquisição de medicamentos com base nos seguintes aspectos:

- Demanda Histórica: Análise dos dados de consumo dos últimos três anos.
- Projeção de Necessidades: Estimativa da demanda futura com base em modelos estatísticos.
- Estoque de Segurança: Cálculo de margens de segurança para evitar desabastecimentos.
- Consultas às Unidades de Saúde: Reuniões e feedback das unidades de saúde para identificar necessidades específicas.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(alínea "c" do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

5.1- A descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto e especificações dos produtos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), artefato de planejamento que embasou a confecção deste Termo de Referência (TR).

6 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(alínea "d" do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

6.1- A descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto e especificações dos produtos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), artefato de planejamento que embasou a confecção deste Termo de Referência (TR).

7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(alínea "e" do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

7.1- Do prazo de entrega do objeto:

7.1.1- O(s) prazo(s) de entrega do objeto deverá(ão) atender aos seguintes critérios:

a) não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis, contados após a data de recebimento da ordem de fornecimento ou outro instrumento hábil.

7.1.2- Caso não seja possível fornecer o objeto na data prevista, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 02 (dois) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

7.1.3- A cada solicitação de fornecimento, a nota de empenho ou outro instrumento hábil será enviada à CONTRATADA via correio eletrônico (e-mail), contendo a indicação do item, quantidade, valor, local e prazo de entrega;

7.1.4- A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do objeto solicitado, sob pena de aplicação das sanções previstas neste em contrato;

7.2- Do local de entrega:

7.2.1- O local de entrega do objeto será a Unidade Mista José Urias Novais, localizada na Rua José Inácio Leite, nº. 121, Bairro: Centro, Cidade: Cedro, Pernambuco e na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Eliziário Cavalcante, nº. 2433, Bairro: Josimar Sidrim, as margens na PE-475, Cidade: Cedro, Pernambuco, no horário das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis;

7.2.1.1- Além da(s) entrega(s) no(s) local(is) designado(s) pela CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA, também, descarregar, armazenar, instalar e montar (quando for necessário), o

objeto em outro(s) local(is) indicado(s) por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes;

7.3- Das condições de entrega:

7.3.1- Será avaliado o acondicionamento do objeto no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

7.3.2- O número do empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil deverá vir indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

7.3.3- Todo e qualquer fornecimento de objeto fora do estabelecido neste Termo de Referência será, imediatamente, notificada a CONTRATADA que ficará obrigada a substituí-lo no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste Termo de Referência.

7.3.4- O mero recebimento do objeto não caracteriza a aceitação do mesmo.

7.3.5- Caso, no momento da conferência, sejam identificadas divergências, toda a carga será devolvida, sendo necessário novo agendamento para entrega, de acordo com a disponibilidade de horários do almoxarifado.

7.3.6- Os itens deverão estar compatíveis com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quando aplicável.

7.3.7- O objeto deverá estar segregado por item e entregue em sua embalagem original, rotulada pelo fabricante, contendo, no mínimo, os seguintes dados: identificação do objeto, marca, código de barras impresso na embalagem e capacidade de empilhamento. Deverá conter, ainda, etiqueta de identificação da CONTRATADA, incluindo razão social, CNPJ, data de entrega, endereço e telefone de contato, quando for o caso.

7.3.8- Deverá estar impressa na embalagem, de forma visível e de fácil leitura, a marca do material e da empresa fabricante, além do número de unidades e dimensões, quando for o caso.

7.3.9- A CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato, no prazo estabelecido pelo mesmo, mediante notificação por escrito, o(s) seguinte(s) documento(s):

7.3.9.1- Certificado de Registro de Produtos emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária, para os itens em que a legislação exige, publicado e dentro da validade. Ainda, se for apresentada cópia da publicação no DOU, a licitante deverá grifar com caneta marca texto, bem como indicar a qual item se refere o documento para facilitar a visualização e o julgamento.

7.3.9.2- As empresas que ofertarem medicamentos comuns deverão apresentar juntamente com sua documentação de habilitação, a AFE para medicamentos comuns e as empresas que ofertarem medicamentos controlados deverão apresentar AFE para medicamentos especiais, sob pena de inabilitação para as empresas que não cumprirem essa exigência de habilitação técnica.

7.4- Do prazo de validade do objeto:

7.4.1- No ato da entrega no Município de Cedro-PE, a Contratada se obriga a fornecer os medicamentos com prazo equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade original, contados da data de fabricação, sob pena de recusa de recebimento dos medicamentos com data de validade inferior ao mínimo aceitável.

7.5. Da substituição do objeto

7.5.1- A CONTRATADA deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pela Secretaria requisitante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na

proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto à secretaria requisitante, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pela Secretaria requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

7.5.1.1- O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

7.5.1.2- Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, abatedouro, frigorífico, fornecedor, nº. do Registro na Anvisa, Certificado de Aprovação – CA, entre outros.

8 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

(alínea T do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

8.1- Conforme estabelece o art. 104, inciso III, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, é conferido à Administração, entre outras, a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos, dessa forma, a CONTRATANTE designará servidor para realizar o acompanhamento e fiscalização dos contratos firmados, na forma do art. 117 da mesma lei, cujas atribuições do fiscal de contratos são, entre outras:

8.1.1- Ler atentamente o termo de contrato assim como os anexos, se houver, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, principalmente quanto à (ao):

- Especificações do objeto contratado;
- Prazo e local de fornecimento dos produtos;

8.1.2- Esclarecer dúvidas do preposto/representante da contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

8.1.3- Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação e/ou medição;

8.1.4- Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo e etc);

8.1.5- Notificar a contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, principalmente relativos a atraso no fornecimento dos produtos, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada, para aplicação das sanções cabíveis;

8.1.6- Receber a fatura de cobrança, conferindo: – se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas; – se o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi fornecido; – se a Nota Fiscal e/ou Fatura está corretamente preenchida;

8.1.7- Fiscalizar a manutenção, pela contratada, das condições de sua habilitação, qualificação e regularidade fiscal, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

8.1.8- Atestar o recebimento dos serviços, observando o que dispuser o contrato e/ou empenho, rejeitando os serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o termo de contrato e o

ato convocatório da licitação que decorreu o contrato, principalmente em relação aos prazos ali previstos;

8.1.9- Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas, inclusive quanto a possíveis aplicações de advertências e/ou multas por descumprimento do contrato por parte da empresa contratada;

8.1.10- Juntar aos autos toda documentação relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução do objeto contratual, arquivando, por cópia, o que se fizer necessário;

8.1.11- Manter contato com o representante da contratada com vistas a garantir o cumprimento integral do contrato;

8.1.12- Buscar obrigatoriamente, no caso de dúvidas quanto ao ATESTO, auxílio junto às áreas competentes para que se efetue corretamente a atestação;

8.1.13- Encaminhar a nota fiscal/fatura devidamente atestada ao setor competente, visando o pagamento.

8.2- Das responsabilidades do fiscal de contratos:

8.2.1- **ADMINISTRATIVA:** O Gestor e/ou Fiscal do contrato, assim como todo servidor, devem ser leais à administração, cumprindo suas funções com observância aos princípios tais como urbanidade, probidade e eficiência, executando suas atribuições sem envolvimento pessoal. Limitando-se sempre a buscar a resolução administrativa das questões a ele apresentadas, o que, certamente, contribuirá para se evitar exageros de conduta e até o abuso de autoridade. Condutas incompatíveis com as funções de Gestor e/ou Fiscal do contrato podem ensejar aplicação de sanções administrativas, logicamente após o devido processo legal em que seja garantida a ampla defesa e o contraditório. Ou seja, decorre de gestão/fiscalização irregular do contrato, quando, mediante processo disciplinar, for verificado que o Gestor e/ou Fiscal do contrato agiu em desconformidade com seus deveres funcionais, descumprindo regras e ordens legais.

8.2.2- **PENAL:** Quando a falta cometida pelo servidor for capitulada como crime, dentre os quais se incluem os previstos no Capítulo II-B da Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, diz-se que cometeu ilícito penal, passível de pena restritiva de liberdade, entre outras modalidades de pena. Ou seja, os crimes estão tipificados em lei, principalmente no Código Penal. Na hipótese de cometimento de ilícito penal, o Ministério Público será comunicado, independentemente da abertura de processo disciplinar.

8.2.3- **CIVIL:** Quando, em razão da execução irregular do Contrato, ficar comprovado dano ao erário, o Gestor e/ou Fiscal do contrato será chamado para ressarcir os cofres públicos. Para esse fim, deverá ser demonstrado o dolo ou a culpa do agente, essa última por negligência, imperícia ou imprudência. Se o dano for causado a terceiros, responderá o servidor à Fazenda Pública, em ação regressiva. Ou seja, se houver danos ao erário, a Administração, através de processo administrativo, comunicará o Gestor e/ou Fiscal do contrato para efetuar o recolhimento da importância necessária ao ressarcimento do prejuízo. O Gestor e/ou Fiscal do contrato poderá se recusar a recolher a importância, hipótese em que a Administração deverá recorrer ao Judiciário. As sanções civis, penais e administrativas são cumulativas e independentes entre si. No caso de absolvição criminal, a responsabilidade administrativa será afastada.

9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

(alínea "g" do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

9.1- A contratada fornecerá os produtos de forma parcelada, e serão solicitadas conforme demanda, através de ordens de compras emitidas pela Secretaria Contratante, devendo ser entregues na Unidade Mista José Urias Novais, localizada na Rua José Inácio Leite, nº. 121, Bairro: Centro, Cidade: Cedro, Pernambuco e na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Eliziário Cavalcante, nº. 2433, Bairro: Josimar Sidrim, as margens na PE-475, Cidade:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-014/2024-SESA - Edital - Página 55 de 89

Cedro, Pernambuco, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da ordem de compra por parte da contratada;

9.2- Os produtos fornecidos pela contratada estarão sujeitos à aceitação plena pelo órgão recebedor;

9.3- A autoridade superior competente do órgão contratante designará um fiscal do contrato, cujo propósito, entre outras atribuições, será a conferência dos produtos fornecidos com as especificações contidas na proposta de preços da contratada. Caso os produtos entregues estejam em desacordo com as especificações exigidas, o fiscal do contrato rejeitará o recebimento dos mesmos;

9.4- O recebimento dos produtos se fará em duas etapas:

9.4.1- Recebimento Provisório, no ato da entrega dos produtos, para efeito de verificação, mediante Termo de Recebimento Provisório;

9.4.2- Recebimento Definitivo, após verificação da qualidade e constatada as especificações dos produtos exigidas no contrato, com conseqüente aceitação, mediante Termo de Recebimento Definitivo;

9.4.3- Caso não atenda as especificações, a empresa contratada terá um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para substituição dos produtos, sob pena de multa e demais cominações contratuais e legais pelo não cumprimento do estabelecido no contrato, bem como estará sujeita as ações penais cabíveis;

9.5- Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias do mês de referência da parcela a pagar, mediante apresentação da Nota Fiscal e respectivo recibo, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato ou através de servidor devidamente designado;

9.6- Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

9.7 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, na impossibilidade de acesso via internet, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021;

9.8- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

9.9- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

9.10- Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital de licitação que decorreu o presente contrato;

9.11- Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

9.12- Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado a legislação pertinente;

9.13- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

9.14- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

9.15- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação;

9.15.1- Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente com o fisco, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

9.16- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

9.16.1- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

9.17- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Parágrafo Único: Além dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, a contratada deverá apresentar à Administração para fins de pagamento, a discriminação expressa da dedução do valor correspondente à isenção do ICMS dos preços dos medicamentos contratados, caso eles constem no Anexo Único do Convênio ICMS 87/2002 - CONFAZ.

10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(alínea "h" do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

10.1- As exigências relativas à habilitação jurídica a serem atendidos pelo fornecedor serão conforme disposto no art. 66, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e disciplinado no Edital e no presente termo de referência;

10.2- As exigências relativas à qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão conforme disposto no art. 67 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e disciplinado no Edital e no presente termo de referência;

10.3- As exigências relativas à regularidade fiscal, social e trabalhista a serem atendidos pelo fornecedor serão conforme disposto no art. 68 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e disciplinado no Edital e no presente termo de referência;

10.4- As exigências relativas à habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão conforme disposto no art. 69 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e disciplinado no Edital e no presente termo de referência;

10.5- O orçamento estimado da contratação deverá ter caráter sigiloso no Edital, conforme justificativa, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, nos termos do art. 24, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 c/c o art. 12 da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022.

11 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(alínea "T" do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

11.1- O orçamento estimado da contratação deverá ter caráter sigiloso no Edital, conforme justificativa, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, nos termos do art. 24, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 c/c o art. 12 da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022.

11.2- Da justificativa do orçamento sigiloso

11.2.1- Em consonância com a Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 – "art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...", *cita-se:*

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),

*A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela Administração, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da Administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua **capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada**. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados, por exemplo. Amplia-se assim, a competitividade do certame e **propicia-se melhores propostas para Administração**. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela Administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque **as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante**, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.*

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e/ou da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios,

entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela Administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.

Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade dos bens a serem adquiridos, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

Desta forma e por todo justificado anteriormente, a Prefeitura Municipal de Cedro-PE, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, informa aos Licitantes que o ORÇAMENTO PREVIAMENTE ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO SERÁ TORNADO PÚBLICO APENAS E IMEDIATAMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações técnicas necessárias para a elaboração das propostas, conforme especificado no presente termo de referência.

12 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(alínea "j" do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

12.1- A despesa decorrente da contratação do objeto do presente Termo de Referência (TR) encontra adequação orçamentária na Lei Municipal que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cedro, Estado do Pernambuco, para o exercício financeiro de 2024 e da outras providências, com recursos financeiros oriundos das emendas parlamentares nº. (576/23) e (599/23), consignado no orçamento referente ao exercício financeiro de 2024;

12.2- A demanda do presente Termo de Referência (TR) está em consonância com outros instrumentos de planejamento, tais como a Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei de Orçamento Anual.

13 - DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

(alínea "j" do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

13.1- A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, considerando que a licitação será realizada para registro de preços, com fulcro no art. 17, caput, do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023.

14 - DA MODALIDADE E FORMA DE LICITAÇÃO ESCOLHIDA

14.1- Quanto à adoção da modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para registro de preços, rege-se pela Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, que institui e regulamenta no âmbito das Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, prevista no art. 6º, inciso XLI do diploma legal acima citado.

15 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1- O critério objeto de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração na licitação deverá ser o de MENOR PREÇO (POR GRUPO DE ITENS), conforme inciso I do art. 33 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, e Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal, regulamentos esses que serão aplicados pelo município de Cedro-PE.

16 - DA JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO DOS ITENS

Inicialmente, é importante informar que o Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, no âmbito da Administração Pública Federal, o qual será aplicado pelo município de Cedro-PE, conforme autorização legal constante no art. 187, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, traz de forma expressa em seu texto a possibilidade do agrupamento de itens, como veremos, "*in verbis*":

DECRETO Nº. 11.462, de 31/03/2023:

Art. 12 - Poderá ser adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica.

(...)

Embora a regra geral seja a divisão do objeto em itens, por proporcionar o aumento da competitividade na disputa, admite-se que essa divisão seja feita também por grupo de itens (que serão compostos de vários itens), desde que haja justificativa robusta para tal providência, além de ser imprescindível que o agrupamento dos itens de cada grupo seja feito com cautela e em plena consonância com a prática de mercado, de modo a assegurar ampla competitividade ao certame.

Importante salientar que, quando a Administração pretende adquirir produtos ou serviços que no seu contexto geral são da mesma natureza, poderá gerar ao licitante ganhador, uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menores preços em sua proposta global, além de garantir o cumprimento do cronograma de entrega ou de prestação de serviços propostos no edital, pois caso os itens fossem divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles, comprometeria todo o planejamento da Administração, prejudicando assim a devida continuidade dos serviços públicos em geral.

Sobre o tema, vale citar a obra "Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos", vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

"(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)".

A própria Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021 garante a possibilidade de utilizar o menor valor (por grupo de itens) como critério, nos seguintes termos:

[...]

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverão ser indicado no edital.

[...]

Ora, a lei não obriga a Administração Pública obrigatoriamente a adotar nos seus certames licitatórios, o tipo menor preço por item, pois devidamente justificado no caso concreto, é plenamente **possível e legal o critério de julgamento por grupo de itens.**

Esse é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

"... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto". (Acórdão nº 732/2008)

Outro julgado recente, o Tribunal de Contas da União decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único grupo de itens, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.167/2012 – TC 000.431/2012-5 – TCU – Plenário – Relator: José Jorge).

Assim, desde que respeitando o princípio da ampla concorrência nos certames licitatórios, é que, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, pode a mesma optar por adotar um critério de julgamento e divisão do objeto da licitação em grupo de itens, desde que, repise-se, referida divisão em grupo de itens se adequa às devidas necessidades e eficiência administrativas devidamente justificadas pela autoridade administrativa.

Aos defensores da tese de que a divisão do objeto da licitação em itens é obrigatória, deve levar em conta que é extremamente estreita a relação entre economicidade, legalidade e eficiência que rege a Administração Pública, pois não basta, apenas, a melhor proposta, mas esta tem que ser atingida, também, de forma prevista legalmente e de maneira eficiente na gestão dos recursos, tendo em vista o binômio custo benefício.

Pelo exposto, podemos assim concluir que:

- A divisão em grupo de itens segmentados por características semelhantes e comuns ao mercado, serve como estratégia competitiva na concorrência de preços, uma vez que permite aos fornecedores

especializados em uma linha de produtos, poderem oferecer maiores descontos na composição do preço de um grupo de itens.

E ainda, que grupo de itens formulados de forma correta e eficiente, favorecem o sucesso da licitação, diminuindo o tempo da fase de lances e aumentando a flexibilidade da formação de preços pelas empresas participantes.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1- São obrigações da Contratante:

17.1.1- receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente contrato;

17.1.2- verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do presente contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.1.3- comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

17.1.4- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

17.1.5- efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente contrato;

17.2- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

17.3- Não efetuar nenhum pagamento à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade e/ou inadimplência contratual.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1- Fornecer os produtos mediante requisição emitida pela contratante, em duas vias, assinada pelo fiscal do contrato ou ainda pela autoridade superior do órgão contratante;

18.2- Atender diariamente as demandas da contratante, das segundas feiras as sextas feiras;

18.3- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital de licitação que decorreu o presente contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.3.1- efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

18.3.2- responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.3.3- substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste contrato, os produtos com avarias ou defeitos;

18.3.4- comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.3.5- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.3.6- indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

18.3.7- responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

- 18.4- Executar diretamente o contrato, sem subcontratações ou transferência de responsabilidades;
- 18.5- Arcar com todos os ônus de transportes, fretes, carga e descarga dos produtos contratados até o local de entrega;
- 18.6- Dispor dos produtos contratados durante toda a vigência da ata e dos contratos que dela decorrerem;
- 18.7- No ato da entrega no Município de Cedro-PE, a Contratada se obriga a fornecer os medicamentos com prazo equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade original, contados da data de fabricação, sob pena de recusa de recebimento dos medicamentos com data de validade inferior ao mínimo aceitável;
- 18.8- Por força do inciso I do caput do art. 1º da Resolução Anvisa nº. 320/02 c/c o inciso X do caput do art. 13 da Portaria Anvisa nº. 802/98, a empresa CONTRATADA, na condição de distribuidoras de produtos farmacêuticos, será obrigada a indicar nas notas fiscais emitidas para o Município de Cedro-PE obrigatoriamente os números dos lotes dos produtos nelas constantes, sob pena de recusa do recebimento da remessa;
- 18.9- A por força do § 4º do art. 3º da Lei Federal nº 9.787/99, no momento em que os medicamentos forem entregues no município, a CONTRATADA é obrigada a entregar os medicamentos acompanhados dos respectivos laudos de qualidade, como condição de aceitação.

19 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Conforme estabelece o art. 155, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste contrato, na forma do art. 156, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - impedimento de licitar e contratar;
- III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- IV - multa;

a) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução do contrato, limitada esta a 30 (trinta) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

b) multa de 2% (dois inteiros por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos;

c) multa de 5 % (cinco por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos;

19.3 - as multas constantes nesta cláusula serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato;

19.4 - As sanções previstas nos incisos I, II e III do item (19.2) desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso IV deste item;

19.5 - A CONTRATADA será comunicada por escrito pela Prefeitura Municipal de Cedro-PE para recolhimento da multa aplicada, devendo efetivá-la dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias contados da data do protocolo de recebimento da comunicação;

19.6 - Decorrido o prazo do item anterior sem que a contratada tenha depositado o valor da multa, esta será deduzida do(s) valor(es) da(s) próxima(s) fatura(s), sujeita a reajustamento pela legislação vigente;

19.7 - As multas aplicadas serão descontadas de qualquer crédito existente da CONTRATADA ou cobradas judicialmente;

19.8 - A aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do item (19.2) desta cláusula requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

19.8.1 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

19.8.2 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20 - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

20.1 - A extinção do contrato poderá ser:

20.1.1 – Constitui motivo para a extinção do contrato, independentemente de notificação judicial, o descumprimento por qualquer uma das partes, das cláusulas contratuais e as hipóteses previstas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021 e alterações, ficando facultado a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem prejuízo das sanções legais, inclusive daquelas previstas no art. 137, da Lei Federal supra referida;

20.1.2 – As penalidades estabelecidas em Lei, não excluem qualquer outra prevista no contrato, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em consequência do inadimplemento das condições contratuais;

20.1.3 – O contrato poderá ser extinto, de imediato, por inadimplemento de qualquer das partes, através de simples notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento e, ainda:

a) Por conveniência da CONTRATANTE, através de manifestação unilateral, espontânea, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, não cabendo à CONTRATADA direito a reclamação ou indenização;

b) Fica o contrato extinto de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

b.1 - Falência ou liquidação da CONTRATADA;

b.2 - Concordata ou incorporação da CONTRATADA a outra firma ou empresa, ou ainda, sua fusão ou cisão, sem prévio e expreso conhecimento do CONTRATANTE;

b.3 - Interrupção ou atraso no serviço, objeto deste contrato;

b.4- Incapacidade, desaparecimento, inidoneidade financeira, ou, ainda, má fé da CONTRATADA;

b.5 - Se a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, transferir, caucionar, ou alienar de qualquer forma os direitos decorrentes deste contrato.

20.1.4 – O contrato poderá ser extinto, no todo ou em parte, por mútuo acordo, desde que ocorram fatos supervenientes, imperiosos e alheios da vontade do CONTRATANTE e que tornem impossível a execução dos serviços.

21 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

21.1- O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, previsto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei no. 14.133, de 01/04/2021, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021;

21.2- Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

22 - DA VALIDADE MÍNIMA DOS MEDICAMENTOS

22.1- Será considerado pré-requisito obrigatório para habilitação, que as empresas licitantes apresentem juntamente com suas documentações de habilitação enviados na BLL, declaração formal, em papel timbrado, que no ato da entrega no Município de Cedro-PE, a empresa se obriga, caso seja vencedora, a fornecer os medicamentos com prazo equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade original, contados da data de fabricação, sob pena de recusa de recebimento dos medicamentos com data de validade inferior ao mínimo aceitável.

23 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E PRAZO

23.1- Conforme Decreto Federal nº 4.766/2003, caberá à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, órgão criado pela Lei Federal nº. 10.742/2003, definir os ajustes de preços de medicamentos, que serão concedidos com base na legislação acima;

23.2- O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será usado por analogia, o mesmo prazo usado na situação prevista no § 6º do art. 92 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

24 - DA VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO

24.1 - Conforme planejamento interno da Secretaria Municipal de Saúde, solicitamos que o Pregoeiro/Agente de Contratação ou Comissão de Contratação exija como pré-requisito obrigatório de validade das propostas de preços, que o prazo de validade não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, nos termos do §3º do art. 90 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

25 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

25.1- O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, conforme o disposto no art. 125, caput, da Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores.

26 - PROVA DE ATENDIMENTO DE REQUISITOS PREVISTOS EM NORMATIZAÇÃO ESPECIAL PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NA FASE DE HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO

26.1 - Considerando a natureza do objeto do presente termo de referência, que trata do registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados ao uso humano, considerando a necessidade de controle sanitário a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, visando a proteção à saúde e, ainda, para fins de cumprimento do que determina o inciso IV do art. 67 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, solicitamos que a Equipe de Planejamento e Contratações Públicas do Município de Cedro-PE, ao elaborar o Edital de licitação, observe as espécies normativas estravagantes a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e aplicáveis ao objeto deste termo de referência;

26.2 - Para fins de atendimento do item (26.1) acima, determinamos que a Equipe de Planejamento e Contratações Públicas do Município de Cedro-PE exija, como pré-requisito obrigatório de habilitação técnica, além dos devidos atestados, sob pena de inabilitação, a apresentação dos documentos especificados abaixo:

26.2.1- Autorização de funcionamento e/ou autorização de funcionamento especial, quando necessário, expedida pela ANVISA, de acordo com o disposto nos art. 1º e 2º da Lei nº 6.360/76;

26.2.2- Alvará Sanitário emitido pelo órgão sanitário competente da sede da empresa licitante;

26.2.3- Apresentar o Certificado de Registro do Produto, emitido pela ANVISA, que deverá ser anexado aos documentos para habilitação, não sendo aceitos protocolos de solicitação inicial de registro. Só serão aceitos protocolos de revalidação quando forem apresentados no período de 90 dias após o vencimento do registro, conforme art. 12 da Lei nº. 6.360/76;

26.2.3.1- O Registro do Produto revalidado automaticamente pela ANVISA/MS deverá ser ratificado por meio da apresentação da publicação do ato em D.O.U., conforme art. 12 da Lei nº 6.360/76;

26.2.3.2- No caso de medicamentos de notificação simplificada constantes na RDC ANVISA nº. 199/2006, deverão ser apresentadas a notificação de registro válida junto a ANVISA e a cópia do rótulo a fim de permitir a verificação das características técnicas, composição e indicação do produto ofertado;

26.2.4- As empresas licitantes deverão apresentar, para fins de cumprimento dos requisitos previstos na Lei nº. 6.360/1976, no Decreto nº. 8.077/2013 e na Resolução Anvisa nº. 16/2014, quando aplicável, de modo a garantir que o produto a ser contratado atenda às exigências técnicas necessárias, a Declaração do Detentor de Registro (DDR);

Parágrafo Primeiro: Os documentos exigidos nos itens (26.2.1) a (26.2.4) deste termo de referência, deverão ser enviadas exclusivamente via sistema BLL, em formato *.pdf ou *.pdf/A, juntamente com a documentação de habilitação da(s) empresa(s) licitante(s), para fins de habilitação técnica.

Parágrafo Segundo: O não envio dos documentos exigidos nos itens (26.2.1) a (26.2.3) deste termo de referência, implicará na inabilitação da(s) empresa(s) licitante(s) que não cumprir(em).

27 - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

O Edital da licitação para aquisição dos medicamentos, objeto do presente Termo de Referência (TR), deve fazer constar previsão de direito de preferência de aquisição de medicamento genérico

sobre os demais em condições de igualdade de preço, como critério objetivo de desempate, conforme disposições do § 2º do art. 3º da Lei nº. 9.787/99.

28 - DA DESONERAÇÃO DO ICMS DOS FÁRMACOS E MEDICAMENTOS

28.1- As empresas licitantes serão obrigadas a apresentar nas suas propostas de preços, constituindo requisito de validade da proposta comercial, sob pena de desclassificação da(s) proposta(s), as exigências constantes do Convênio ICMS CONFAZ 87/2002, conforme estabelecido abaixo:

- a) A empresa deverá indicar na sua proposta de preços, para os itens que desfrutem de isenção do ICMS, o preço onerado e o preço desonerado, discriminando o percentual de desconto da isenção fiscal;
- b) Identificar, entre os itens que compõem a proposta de preços, aqueles que constam no Anexo Único do Convênio ICMS 87/2002 – CONFAZ.

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ___/20__-SESA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-014/2024-SESA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO-PE**, por intermédio da Secretaria _____, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua _____, nº. __, Bairro: _____, Cidade: _____, UF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, neste ato, representada pelo(a) senhor(a) _____, Secretário(a) _____ do Município de Cedro-PE, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº. _____ e portador(a) da cédula de identidade nº. _____, expedida pelo **ÓRGÃO EMISSOR/UF**, daqui por diante denominada de **ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA** e, do outro lado, a empresa _____, com sede na Rua _____, nº. __, Bairro: _____, Cidade: _____, UF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, neste ato, representada pelo(a) senhor(a) _____, (Qualidade do Representante), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº. _____ e portador(a) da cédula de identidade nº. _____, expedida pelo **ÓRGÃO EMISSOR/UF**, daqui por diante denominada de **FORNECEDOR BENEFICIÁRIO DA ATA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, tombada sob o nº. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-___/20__-SESA, para registro de preços, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital do pregão supra e, ainda, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, que institui e regulamenta no âmbito das Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, prevista no art. 6º, inciso XLI do diploma legal acima citado; pelo Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, no âmbito da Administração Pública Federal; pela Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal, regulamentos esses que serão aplicados pelo município de Cedro-PE, conforme autorização legal constante no art. 187, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e pelas disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e, ainda, em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1.1. O órgão responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços decorrente desse pregão será a Prefeitura Municipal de Cedro-PE, através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme competência estabelecida pelo inciso IX do art. 7º do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023;

1.2. Será participante apenas o seguinte órgão:

1.2.1. Secretaria Municipal de Saúde.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-014/2024-SESA - Edital - Página 68 de 89

2 - DO OBJETO

2.1. A ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos diversos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Cedro-PE, conforme especificações constantes no termo de referência, parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

3 - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E REGISTRO DOS PREÇOS DOS ITENS

3.1. Os preços registrados, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem, conforme planilha abaixo:

4 - DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Considerando que o órgão gerenciador da ata de registro de preços será o único contratante, a realização de procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública Municipal na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação foi dispensada, conforme discricionariedade validada no § 2º do art. 9º do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023.

5 - DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. As especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive as quantidades máximas de cada item que poderá ser adquirida pela Administração, estão devidamente previstos no Termo de Referência, convertido em Anexo I do Edital e dele fazendo parte integrante e complementar.

5.2. Não será permitido ser cotada quantidade inferiores as quantidades estabelecidas no Edital para cada um dos itens que compõem os grupos de itens para registro.

5.3. Não haverá a possibilidade de preços diferentes para nenhum dos itens que compõem os grupos de itens para registro, haja vista que o objeto do certame não se enquadra nas hipóteses das alíneas "a" à "d" do inciso III do caput do art. 82 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

6 - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

6.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

7 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E CADASTRO DE RESERVA

7.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

7.1.1. serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado que não haverá possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigar-se nos limites dela.

7.1.2. será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

7.1.2.1. dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

7.1.2.2. dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

7.1.3. será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

7.2. O registro a que se refere o subitem (7.1.2) tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

7.3. Para fins da ordem de classificação do cadastro de reservas, os licitantes ou fornecedores de que trata o subitem (7.1.2.1) antecederão aqueles de que trata o subitem (7.1.2.2).

7.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o item (7.2) somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

7.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas em Lei.

8 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **01 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data da devida divulgação, e poderá ser prorrogado por igual período, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

8.1.1. Fornecimento regular dos produtos;

8.1.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;

8.1.3. Manutenção do interesse pela Administração nas condições da ata;

8.1.4. Manutenção da vantajosidade econômica dos valores constantes na ata; e

8.1.5. Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

8.2. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão suas vigências estabelecidas até o final do exercício de referência das suas assinaturas.

9 - DA VEDAÇÃO A ACRESCIMOS DE QUANTITATIVOS

9.1. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

10 - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

10.1.1. para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida na ata;

10.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

10.1.3. na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

11 - DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

11.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.1.2. Na hipótese prevista no subitem (11.1.1), o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

11.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos previstos na ata, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

11.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

11.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

11.2.1. Para fins do disposto no item (11.2), o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

11.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto na ata, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, e na legislação aplicável.

11.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem (11.2.2), o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023.

11.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na ata, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

11.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item (11.2) e no subitem (11.2.1), o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

12 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS

12.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

12.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

12.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

12.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023; ou

12.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

12.2. Na hipótese prevista no subitem (12.1.4), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

12.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item (12.1) será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, se manifestarem no sentido de aceitar ou não assinar a ata de registro de preços.

12.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

12.5.1. por razão de interesse público;

12.5.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

12.5.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023 e previstas na ata.

13 - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA

13.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

13.2. O remanejamento de que trata o item (13.1) somente será feito:

13.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

13.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

13.3. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o item (13.1).

13.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites para as adesões previstos na ata.

13.5. Para fins do disposto no item (13.1), competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

13.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

14 - DAS ADESÕES

14.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

14.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

14.1.2. demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021; e

14.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

14.2. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

14.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14.4. O prazo previsto no item (14.3) poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

14.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos na ata.

15 - DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

15.1. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata a cláusula 24:

15.1.1. as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

15.1.2. o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

16 - DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.1. Os instrumentos de que trata o item (16.1) serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

17 - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

17.1. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

18 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA E DOS CASOS OMISSOS

18.1. A presente ata de registro de preços reger-se-á pelos termos da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores e pelo Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, no âmbito da Administração Pública Federal, o qual será aplicado pelo município de Cedro-PE, conforme autorização legal constante no art. 187, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, as quais também serão utilizadas para elucidação dos casos por ventura omissos neste instrumento.

19 - CONDIÇÕES GERAIS E DO FORO

19.1. Caso a formalização da contratação se dê por meio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil que não seja o instrumento contratual, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser observadas as condições gerais do fornecimento dos produtos, tais como: prazos para execução, as obrigações da Administração e do fornecedor beneficiário, penalidades e demais condições do ajuste, que encontram-se definidas na minuta do contrato, convertida em Anexo III do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-___/20__-SESA, processo administrativo de licitação que decorreu a presente Ata de Registro de Preços, e dela faz parte, independente de transcrição, e as partes se vincularão aos seus termos na constância da execução do objeto da presente ata;

19.2. Fica eleito o foro da Comarca do Município de Cedro, Estado do Pernambuco, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Representante legal
Prefeitura Municipal de Cedro-PE
ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

Representante legal
Razão Social da Empresa
FORNECEDOR BENEFICIÁRIO DA ATA

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME:
CPF:

2) _____
NOME:
CPF:

ANEXO III

MINUTA DO FUTURO TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-014/2024-SESA

MINUTA DO CONTRATO Nº. ___/20__ - _____.

TERMO DE CONTRATO QUE
CELEBRAM ENTRE SI, DE UM
LADO A **PREFEITURA MUNICIPAL
DE CEDRO-PE**, POR INTERMÉDIO
DA **SECRETARIA** _____ E,
DO OUTRO LADO, A EMPRESA
_____, PARA O FIM
QUE A SEGUIR DECLARAM:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO-PE**, por intermédio da Secretaria _____, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua _____, nº. __, Bairro: _____, Cidade: _____, UF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, neste ato, representada pelo(a) senhor(a) _____, Secretário(a) _____ do Município de Cedro-PE, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº. _____ e portador(a) da cédula de identidade nº. _____, expedida pelo **ÓRGÃO EMISSOR/UF**, daqui por diante denominada de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, com sede na Rua _____, nº. __, Bairro: _____, Cidade: _____, UF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, neste ato, representada pelo(a) senhor(a) _____, (Qualidade do Representante), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº. _____ e portador(a) da cédula de identidade nº. _____, expedida pelo **ÓRGÃO EMISSOR/UF**, daqui por diante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-___/20__-SESA**, em conformidade com o que preceitua a Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e, ainda, sujeitando-se os contratantes, às suas normas, cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

(art. 92, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

1.1- Este instrumento de contrato é decorrente da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ___/20__-SESA, que foi assinada em consequência do resultado do processo administrativo de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-___/20__-SESA, que foi instruído e se fundamenta sob a égide da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores e pelo Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e, ainda, na proposta de preços da contratada, como se neste termo transcrita fosse.

CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

(art. 92, inciso I, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

2.1- Aquisição de medicamentos diversos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Cedro-PE, conforme especificações constantes no termo de referência, parte integrante e complementar deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

(art. 92, inciso V, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

3.1- A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento dos produtos, objeto deste contrato, o valor de R\$ _____ (_____), referente ao GRUPO DE ITENS _____, perfazendo o valor global contratado na ordem de R\$ _____ (_____), conforme planilha abaixo:

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

(art. 92, inciso VII, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

4.1- O presente contrato terá um prazo de vigência que iniciará a partir da data da sua assinatura, extinguindo-se em **31 de dezembro de 20__ (31/12/20__)**, na forma que dispõe o Parágrafo único do art. 22 e o caput do art. 36, ambos do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023 c/c o art. 105 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, com autorizado formal da autoridade competente e, desde que sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea:

- 4.1.1- Fornecedor regular dos produtos;
- 4.1.2- Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- 4.1.3- Manutenção do interesse pela Administração no fornecimento dos produtos;
- 4.1.4- Manutenção da vantajosidade econômica do valor dos produtos e
- 4.1.5- Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação;

4.2 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em contrato;

4.3 - Os atrasos na execução do contrato ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

(art. 92, inciso VIII, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

5.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS sob as seguintes rubricas:

Órgão Orçamentário	Função Programática	Descrição da Função Programática	Ficha	Classificação Econômica
_____	_____	_____	_____	_____

, conforme Lei Municipal nº. _____ de ____ de _____ de 20__, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cedro, Estado do Pernambuco, para o exercício financeiro de 20__ e da outras providências, com recurso financeiro oriundo da Prefeitura Municipal de Cedro-PE, através da Secretaria _____, consignado no orçamento referente ao exercício financeiro de 20__.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E PRAZO

(art. 92, incisos V e X, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

6.1- Conforme Decreto Federal nº 4.766/2003, caberá à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, órgão criado pela Lei Federal nº. 10.742/2003, definir os ajustes de preços de medicamentos, que serão concedidos com base na legislação acima;

6.2- O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será usado por analogia, o mesmo prazo usado na situação prevista no § 6º do art. 92 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

(art. 92, inciso XI, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

7.1- O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, conforme o disposto no art. 125, caput, da Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

(art. 92, inciso V, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

8.1- A contratada fornecerá os produtos de forma parcelada, e serão solicitadas conforme demanda, através de ordens de compras emitidas pela Secretaria Contratante, devendo ser entregues na Unidade Mista José Urias Novais, localizada na Rua José Inácio Leite, nº. 121, Bairro: Centro, Cidade: Cedro, Pernambuco e na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Elizário Cavalcante, nº. 2433, Bairro: Josimar Sidrim, as margens na PE-475, Cidade: Cedro, Pernambuco, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da ordem de compra por parte da contratada;

8.2- Os produtos fornecidos pela contratada estarão sujeitos à aceitação plena pelo órgão receptor;

8.3- A autoridade superior competente do órgão contratante designará um fiscal do contrato, cujo propósito, entre outras atribuições, será a conferência dos produtos fornecidos com as especificações contidas na proposta de preços da contratada. Caso os produtos entregues estejam em desacordo com as especificações exigidas, o fiscal do contrato rejeitará o recebimento dos mesmos;

8.4- O recebimento dos produtos se fará em duas etapas:

8.4.1- Recebimento Provisório, no ato da entrega dos produtos, para efeito de verificação, mediante Termo de Recebimento Provisório;

8.4.2- Recebimento Definitivo, após verificação da qualidade e constatada as especificações dos produtos exigidas no contrato, com conseqüente aceitação, mediante Termo de Recebimento Definitivo;

8.4.3- Caso não atenda as especificações, a empresa contratada terá um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para substituição dos produtos, sob pena de multa e demais cominações contratuais e legais pelo não cumprimento do estabelecido no contrato, bem como estará sujeita as ações penais cabíveis;

8.5- Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias do mês de referência da parcela a pagar, mediante apresentação da Nota Fiscal e respectivo recibo, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato ou através de servidor devidamente designado;

8.6- Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

8.7 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, na impossibilidade de acesso via internet, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021;

8.8- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo

para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

8.9- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.10- Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital de licitação que decorreu o presente contrato;

8.11- Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

8.12- Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado a legislação pertinente;

8.13- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.14- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

8.15- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação;

8.15.1- Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente com o fisco, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

8.16- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.16.1- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

8.17- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Parágrafo Único: Além dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, a contratada deverá apresentar à Administração para fins de pagamento, a discriminação expressa da dedução do valor correspondente à isenção do ICMS dos preços dos medicamentos contratados, caso eles constem no Anexo Único do Convênio ICMS 87/2002 - CONFAZ.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

(art. 92, inciso XIV, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

9.1- São obrigações da Contratante:

- 9.1.1- receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente contrato;
 - 9.1.2- verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do presente contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 9.1.3- comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 9.1.4- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 9.1.5- efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente contrato;
- 9.2- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 9.3- Não efetuar nenhum pagamento à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade e/ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(art. 92, inciso XIV, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

- 10.1- Fornecer os produtos mediante requisição emitida pela contratante, em duas vias, assinada pelo fiscal do contrato ou ainda pela autoridade superior do órgão contratante;
- 10.2- Atender diariamente as demandas da contratante, das segundas feiras as sextas feiras;
- 10.3- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital da licitação que decorreu o presente contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 10.3.1- efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 10.3.2- responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 10.3.3- substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste contrato, os produtos com avarias ou defeitos;
 - 10.3.4- comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 10.3.5- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 10.3.6- indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
 - 10.3.7- responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 10.4- Executar diretamente o contrato, sem subcontratações ou transferência de responsabilidades;
- 10.5- Arcar com todos os ônus de transportes, fretes, carga e descarga dos produtos contratados até o local de entrega;
- 10.6- Dispor dos produtos contratados durante toda a vigência da ata e dos contratos que dela decorrerem;

10.7- No ato da entrega no Município de Cedro-PE, a Contratada se obriga a fornecer os medicamentos com prazo equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade original, contados da data de fabricação, sob pena de recusa de recebimento dos medicamentos com data de validade inferior ao mínimo aceitável;

10.8- Por força do inciso I do caput do art. 1º da Resolução Anvisa nº. 320/02 c/c o inciso X do caput do art. 13 da Portaria Anvisa nº. 802/98, a empresa CONTRATADA, na condição de distribuidoras de produtos farmacêuticos, será obrigada a indicar nas notas fiscais emitidas para o Município de Cedro-PE obrigatoriamente os números dos lotes dos produtos nelas constantes, sob pena de recusa do recebimento da remessa;

10.9- A por força do § 4º do art. 3º da Lei Federal nº 9.787/99, no momento em que os medicamentos forem entregues no município, a CONTRATADA é obrigada a entregar os medicamentos acompanhados dos respectivos laudos de qualidade, como condição de aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

(art. 92, inciso XVIII, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

11.1- Conforme estabelece o art. 104, inciso III, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, é conferido à Administração, entre outras, a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos, dessa forma, a CONTRATANTE designará servidor para realizar o acompanhamento e fiscalização dos contratos firmados, na forma do art. 117 da mesma lei, cujas atribuições do fiscal de contratos são, entre outras:

11.1.1- Ler atentamente o termo de contrato assim como os anexos, se houver, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, principalmente quanto à (ao):

- Especificações do objeto contratado;
- Prazo e local de fornecimento dos produtos;

11.1.2- Esclarecer dúvidas do preposto/representante da contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

11.1.3- Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação e/ou medição;

11.1.4- Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo e etc);

11.1.5- Notificar a contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, principalmente relativos a atraso no fornecimento dos produtos, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada, para aplicação das sanções cabíveis;

11.1.6- Receber a fatura de cobrança, conferindo: - se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas; - se o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi fornecido; - se a Nota Fiscal e/ou Fatura está corretamente preenchida;

11.1.7- Fiscalizar a manutenção, pela contratada, das condições de sua habilitação, qualificação e regularidade fiscal, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

11.1.8- Atestar o recebimento dos serviços, observando o que dispuser o contrato e/ou empenho, rejeitando os serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o termo de contrato e o ato convocatório da licitação que decorreu o contrato, principalmente em relação aos prazos ali previstos;

11.1.9- Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas, inclusive quanto a possíveis aplicações de advertências e/ou multas por descumprimento do contrato por parte da empresa contratada;

11.1.10- juntar aos autos toda documentação relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução do objeto contratual, arquivando, por cópia, o que se fizer necessário;

11.1.11- Manter contato com o representante da contratada com vistas a garantir o cumprimento integral do contrato;

11.1.12- Buscar obrigatoriamente, no caso de dúvidas quanto ao ATESTO, auxílio junto às áreas competentes para que se efetue corretamente a atestação;

11.1.13- encaminhar a nota fiscal/fatura devidamente atestada ao setor competente, visando o pagamento.

11.2- Das responsabilidades do fiscal de contratos:

11.2.1- **ADMINISTRATIVA:** O Gestor e/ou Fiscal do contrato, assim como todo servidor, devem ser leais à administração, cumprindo suas funções com observância aos princípios tais como urbanidade, probidade e eficiência, executando suas atribuições sem envolvimento pessoal. Limitando-se sempre a buscar a resolução administrativa das questões a ele apresentadas, o que, certamente, contribuirá para se evitar exageros de conduta e até o abuso de autoridade. Condutas incompatíveis com as funções de Gestor e/ou Fiscal do contrato podem ensejar aplicação de sanções administrativas, logicamente após o devido processo legal em que seja garantida a ampla defesa e o contraditório. Ou seja, decorre de gestão/fiscalização irregular do contrato, quando, mediante processo disciplinar, for verificado que o Gestor e/ou Fiscal do contrato agiu em desconformidade com seus deveres funcionais, descumprindo regras e ordens legais.

11.2.2- **PENAL:** Quando a falta cometida pelo servidor for capitulada como crime, dentre os quais se incluem os previstos no Capítulo II-B da Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, diz-se que cometeu ilícito penal, passível de pena restritiva de liberdade, entre outras modalidades de pena. Ou seja, os crimes estão tipificados em lei, principalmente no Código Penal. Na hipótese de cometimento de ilícito penal, o Ministério Público será comunicado, independentemente da abertura de processo disciplinar.

11.2.3- **CIVIL:** Quando, em razão da execução irregular do Contrato, ficar comprovado dano ao erário, o Gestor e/ou Fiscal do contrato será chamado para ressarcir os cofres públicos. Para esse fim, deverá ser demonstrado o dolo ou a culpa do agente, essa última por negligência, imperícia ou imprudência. Se o dano for causado a terceiros, responderá o servidor à Fazenda Pública, em ação regressiva. Ou seja, se houver dano ao erário, a Administração, através de processo administrativo, comunicará o Gestor e/ou Fiscal do contrato para efetuar o recolhimento da importância necessária ao ressarcimento do prejuízo. O Gestor e/ou Fiscal do contrato poderá se recusar a recolher a importância, hipótese em que a Administração deverá recorrer ao Judiciário. As sanções civis, penais e administrativas são cumulativas e independentes entre si. No caso de absolvição criminal, a responsabilidade administrativa será afastada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(art. 92, inciso XIV, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

12.1 - Conforme estabelece o art. 155, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste contrato, na forma do art. 156, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 as seguintes sanções:

I - advertência;

II - impedimento de licitar e contratar;

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

IV - multa;

a) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução do contrato, limitada esta a 30 (trinta) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

b) multa de 2% (dois inteiros por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos;

c) multa de 5 % (cinco por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos;

12.3 - as multas constantes nesta cláusula serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato;

12.4 - As sanções previstas nos incisos I, II e III do item (12.2) desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso IV deste item;

12.5 - A CONTRATADA será comunicada por escrito pela Prefeitura Municipal de Cedro-PE para recolhimento da multa aplicada, devendo efetivá-la dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias contados da data do protocolo de recebimento da comunicação;

12.6 - Decorrido o prazo do item anterior sem que a contratada tenha depositado o valor da multa, esta será deduzida do(s) valor(es) da(s) próxima(s) fatura(s), sujeita a reajustamento pela legislação vigente;

12.7 - As multas aplicadas serão descontadas de qualquer crédito existente da CONTRATADA ou cobradas judicialmente;

12.8 - A aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do item (12.2) desta cláusula requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

12.8.1 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

12.8.2 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

(art. 92, inciso XIX, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

13.1 - A extinção do contrato poderá ser:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-014/2024-SESA - Edital - Página 82 de 89

13.1.1 – Constitui motivo para a extinção do contrato, independentemente de notificação judicial, o descumprimento por qualquer uma das partes, das cláusulas contratuais e as hipóteses previstas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021 e alterações, ficando facultado a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem prejuízo das sanções legais, inclusive daquelas previstas no art. 137, da Lei Federal supra referida;

13.1.2 – As penalidades estabelecidas em Lei, não excluem qualquer outra prevista no contrato, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em consequência do inadimplemento das condições contratuais;

13.1.3 – O contrato poderá ser extinto, de imediato, por inadimplemento de qualquer das partes, através de simples notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento e, ainda:

a) Por conveniência da CONTRATANTE, através de manifestação unilateral, espontânea, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, não cabendo à CONTRATADA direito a reclamação ou indenização;

b) Fica o contrato extinto de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

b.1 - Falência ou liquidação da CONTRATADA;

b.2 - Concordata ou incorporação da CONTRATADA a outra firma ou empresa, ou ainda, sua fusão ou cisão, sem prévio e expresso conhecimento do CONTRATANTE;

b.3 - Interrupção ou atraso no serviço, objeto deste contrato;

b.4 - Incapacidade, desaparecimento, inidoneidade financeira, ou, ainda, má fé da CONTRATADA;

b.5 - Se a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, transferir, caucionar, ou alienar de qualquer forma os direitos decorrentes deste contrato.

13.1.4 – O contrato poderá ser extinto, no todo ou em parte, por mútuo acordo, desde que ocorram fatos supervenientes, imperiosos e alheios da vontade do CONTRATANTE e que tornem impossível a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(art. 92, inciso XI, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

14.1- O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, previsto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei no. 14.133, de 01/04/2021, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021;

14.2- O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de 15 (quinze) dias, contado da data do fornecimento da documentação probatória do caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

(art. 92, inciso III, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

15.1- O presente instrumento de contrato reger-se-á pelos termos da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, a qual também será utilizada para elucidação dos casos por ventura omissos neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

(art. 92, § 1º, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021)

16.1- Fica eleito o foro da Comarca do Município de Cedro, Estado do Pernambuco, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente TERMO DE CONTRATO, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

16.2- E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para que possa produzir os efeitos legais.

CEDRO-PE, em ___ de _____ de 20__

Secretário(a) Municipal
Prefeitura Municipal de Cedro-PE
CONTRATANTE

Qualificação do(a) Representante Legal
Razão Social da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

NOME:

CPF:

2) _____

NOME:

CPF:

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-014/2024-SESA.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

A empresa _____, com sede na Rua _____, nº. _____,
Bairro: _____, Cidade: _____, UF, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº. _____
_____ neste ato, representada pelo(a) senhor(a)
_____, (Qualidade do Representante), inscrito(a) no **CPF/MF** sob o
nº. _____ e portador(a) da cédula de identidade nº. _____, expedida pelo
ÓRGÃO EMISSOR/UF, DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos
impeditivos para habilitação da empresa licitante no presente Processo Licitatório, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-014/2024-SESA.

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA LICITANTE**

A empresa _____, com sede na Rua _____, nº. _____,
Bairro: _____, Cidade: _____, UF, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº.
_____, neste ato, representada pelo(a) senhor(a)
_____, (Qualidade do Representante), inscrito(a) no **CPF/MF** sob o
nº. _____ e portador(a) da cédula de identidade nº. _____, expedida pelo
ÓRGÃO EMISSOR/UF, DECLARA, que, não possui em seu quadro funcional e no seu quadro
societário, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela
licitação.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-014/2024-SESA.

MODELO DE DECLARAÇÃO NA FORMA DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CF/88

A empresa _____, com sede na Rua _____, nº. _____,
Bairro: _____, Cidade: _____, UF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.
_____, neste ato, representada pelo(a) senhor(a)
_____, (Qualidade do Representante), inscrito(a) no CPF/MF sob o
nº. _____ e portador(a) da cédula de identidade nº. _____, expedida pelo
ÓRGÃO EMISSOR/UF, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se
possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de
Cedro, Estado do Pernambuco, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de
27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição
Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,
nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de
aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-014/2024-SESA.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A empresa _____, com sede na Rua _____, nº. _____, Bairro: _____, Cidade: _____, UF, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº. _____, neste ato, representada pelo(a) senhor(a) _____, (Qualidade do Representante), inscrito(a) no **CPF/MF** sob o nº. _____ e portador(a) da cédula de identidade nº. _____, expedida pelo **ÓRGÃO EMISSOR/UF, DECLARA**, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-014/2024-SESA.

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

Através da presente, declaramos inteira submissão aos ditames da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, o Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023 e, às cláusulas e condições previstas no edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-014/2024-SESA.

Declaramos, ainda, que nos preços contidos na proposta inicial apresentada e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outros custos inerentes a esta possível contratação e ainda que os preços praticados nesta proposta de preços estão de acordo com os preços praticados no mercado atual, ciente das penalidades caso estejam inexequíveis ou superfaturados.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente fornecer o objeto desta licitação, caso sejamos vencedores, inclusive quanto ao prazo de entrega dos produtos.

PROPOSTA DE PREÇO

(INSERIR PLANILHA DE PREÇOS CONFORME DISPOSTO NO TERMO DE REFERÊNCIA, CONVERTIDO EM ANEXO I DESTE EDITAL)

VALOR GLOBAL DO GRUPO DE ITENS __: R\$ ____ (_____)

Local e Data

Assinatura do Representante Legal